

A calçada portuguesa: desenhos em arquivo

The Portuguese sidewalk: drawings on the archive

Denise Santos

RESUMO

Fruto da capacidade de utilizar e manipular os materiais de acordo com as exigências arquitetônicas, de engenharia e dos contextos socioculturais, os materiais geológicos têm sido um elemento essencial na construção das cidades pelas diferentes características e propriedades que possuem.

Realizada através de uma singular aplicação e resultado de uma arte de trabalhar a pedra, a denominada “calçada portuguesa” tem sido objeto de admiração desde as primeiras aplicações em Lisboa, em meados do século XIX. Nesta *Documenta* divulga-se uma seleção de fontes do Arquivo Municipal de Lisboa, referentes ao desenho da calçada portuguesa, dividindo-as em dois grandes grupos: de cariz decorativo e de âmbito informativo ou comercial. Os exemplos que se apresentam são testemunhos de manifestações materiais e simbólicas da imagem da cidade que se pretende sublinhar e cuja memória se deseja recuperar.

PALAVRAS-CHAVE

Calçada portuguesa; Desenhos comerciais; Desenhos ornamentais; Lisboa

ABSTRACT

As a result of the ability to use and manipulate materials in accordance with architectural, engineering and sociocultural context requirements, geological materials have been an essential element in the construction of cities due to their different characteristics and properties. Made through a unique application and the result of an art of working the stone, the so-called “Portuguese sidewalk” has been an object of admiration since the beginning of its application in Lisbon, in the mid-19th century. This *Documenta* intends to disclose a selected set of sources about the drawing of the Portuguese sidewalk, from the Lisbon Municipal Archive, dividing it into two large groups: of decorative nature and informative or commercial scope. The examples presented here are archival testimonies of material and symbolic manifestations of the image of the city that is intended to be underlined and whose memory we wish to recover.

KEYWORDS

Portuguese sidewalk; Commercial drawings; Ornamental drawings; Lisbon

Lisboa é construída com materiais claros, que refletem e dispersam a luz tornando-a mais intensa aos nossos olhos. O casario é pintado de rosas, amarelos e ocre, cores quentes sobre um chão onde a calçada portuguesa tem grande predominância, fazendo parecer que a luz também vem do chão (Monteiro e Bastos, 2015, p. 36).

Os materiais que fazem as cidades são numerosos, diversificados e com as mais variadas aplicações imaginadas pelo ser humano, consequência das necessidades, dos avanços tecnológicos, da disponibilidade geográfica e económica de matérias-primas, da sua capacidade de produção, das propriedades térmicas, de resistência, flexibilidade, acústica e outras. A conjugação destes fatores, associada à capacidade de utilizar e manipular os materiais de acordo com as exigências arquitetónicas, de engenharia e dos contextos socioculturais, contribuíram para moldar a imagem e a paisagem urbana ao longo do tempo.

Na construção das várias infraestruturas que são parte integrante das cidades, os materiais geológicos, nas suas múltiplas variedades e combinações, têm sido um elemento essencial pelas suas intrínsecas características e propriedades. Sob diferentes formas e aplicações, encontramos-os em edifícios, monumentos, estruturas várias, pontes ou túneis, mas também nas zonas pedestres.

Pela sua singularidade, a denominada calçada portuguesa tem sido objeto de atenção e admiração desde o início da sua execução em Lisboa, estendendo-se depois, a partir do final do século XIX, a outras cidades. É precisamente com a generalização deste tipo de pavimento em espaços públicos e privados (Bairrada, 1985, p. LXVII; Miranda, 2017a, p. 38) que passa a ser frequente o calcetamento artístico que se define e consolida pelo desenho de figuras, palavras, símbolos e formas através do contraste de pequenas pedras brancas e pretas (Bairrada, 1985, p. XLVII; Miranda, 2017a; Matos, 2011).

Nem sempre bem conservada, em virtude das transformações que vão ocorrendo na cidade, mas também devido a algum esquecimento, regressou recentemente à atenção da opinião pública e dos poderes institucionais, entre outros, por via da candidatura “Arte e saber-fazer da calçada portuguesa”, proposta pela Associação da Calçada Portuguesa a património cultural imaterial. O processo de candidatura foi aberto em março de 2021 e em julho estava aprovada com publicação no *Diário da República* nº 141/2021¹, resultando na ficha de património imaterial inscrita no inventário nacional da DGPC (Nº de inventário INPCI_SU_2021_001)².

A calçada portuguesa tem sido objeto de várias publicações cujas abordagens incidem sobretudo sobre perspetivas de âmbito histórico, patrimonial, técnico, geológico, de engenharia, entre outras (Bairrada, 1985; Cabrera e Nunes, 1998; Matos, 1999, 2004, 2006, 2009, 2011 e 2018; Castela e Dornella, 2006; Ferreira, 2007b; Miranda, 2017; Henriques, Moura e Santos, 2009; Silva, 2016; Fernandes, Bugalhão e Fernandes, 2017)³. Contudo, ainda faltam estudos e publicações nas perspetivas da sociologia e da antropologia ou, ainda, dos estudos urbanos. Não se pretende fazer aqui uma síntese do que outros autores já elaboraram, apesar de termos recorrido a algumas das suas obras de forma a contextualizar a temática.

¹ Anúncio nº 172/2021. *Diário da República*. II Série. 141 (2021-07-22) p. 31. Disponível na Internet: <https://dre.pt/application/conteudo/168043488>

² Ficha de Património Imaterial. Denominação: Arte e saber-fazer da calçada portuguesa. Nº de inventário: INPCI_SU_2021_001. MatrizPCI: Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. [Consult. 02/09/2021]. Disponível na Internet: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/InventarioNacional/DetalheFicha/756?dirPesq=0>

³ Também olisipógrafos como Júlio de Castilho abordaram o tema da calçada portuguesa nas suas obras, como em *Lisboa Antiga* (1879-1890) ou *A Ribeira de Lisboa* (1893).

Neste sentido, esta *Documenta* tem por objetivo divulgar um conjunto de desenhos à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa, uns pouco conhecidos e outros inéditos, que estiveram na origem de ideias e propostas para calçada decorativa e comercial em diferentes locais da cidade. Muitos deles foram aprovados pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), ou realizados pelos próprios técnicos do município, tendo sido reproduzidos e materializados nos passeios da capital. A seleção que se apresenta, na sua maioria, já não existe materialmente, e estes desenhos constituem, quase sempre, o único testemunho da sua execução nos passeios lisboetas.

A CIDADE, OS ESPAÇOS E OS INDIVÍDUOS

Sendo o local de interações humanas, o espaço urbano reflete a comunicação dos indivíduos com esse mesmo espaço, com a sua configuração, as suas infraestruturas, o seu desenho, ambivalências, potencialidades e limitações. Neste sentido, os lugares de uma cidade descrevem a visão de diferentes épocas, motivações ideológicas, políticas, comerciais, sociais, económicas ou culturais (Lousada, 2017, p. 45). Mas, como referiu Gato (2010), ao espaço também se pode reconhecer alguma autonomia. As suas artérias constituem um território onde os habitantes se cruzam, onde se valoriza o espaço físico e simbólico, dele se usufrui e sobre ele se atua de acordo com as suas características. O “pavimento afirma-se de uma forma polissémica como zona de cruzamento entre a realidade técnica dos materiais e as múltiplas leituras sociais, culturais e civilizacionais que deles emanam” (Simões e Diogo, 2017, p. 17). Portanto, “A cidade é um espaço aberto, em permanente mutação, permeável por isso às correntes artísticas, às transformações e necessidade económicas, sociais e políticas, sujeita a condicionalismos de carácter natural – a cidade é, essencialmente a convergência destes múltiplos factores” (Cabrera e Nunes, 1998, p. XIII).

Assim, a ação e a intervenção humana podem ser verificadas através de um olhar mais atento sobre a dimensão simbólica da cidade, aspetos indicativos da forma como os indivíduos podem alterar o modo como usufruem e se apropriam desse espaço consoante as mudanças e a gestão sobre ele exercidas ao longo do tempo.

O conceito de ecologia simbólica urbana foi concebido e introduzido para responder a questões ligadas ao estudo da distribuição de estruturas simbólicas e rituais na espacialidade urbana (Nas, 1993). Tendo em conta que é possível caracterizar estas unidades espaciais no seu todo ou parcialmente, quando se atenta à dimensão cultural da cidade podemos considerar esta ideia se atendermos à inscrição simbólica da memória em marcas materiais⁴. Assim, encontramos uma ampla variedade de elementos que caracterizam o espaço urbano e que, quando combinados, nos permitem aceder à sua identidade. É o caso da arquitetura, do desenho urbano, da estatuação, da toponímia, do mobiliário urbano e da arte urbana, e onde também se pode, e deve incluir, a calçada portuguesa.

A CALÇADA: CONEXÕES MATERIAIS, SIMBÓLICAS E OPERACIONAIS

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, na Europa, o planeamento urbano foi alvo de diferentes propostas, de acordo com correntes de pensamento que emergiam e apontavam diversas soluções de modo a fazer face ao crescimento da cidade e à sua densidade. Em paralelo às respostas possíveis para os problemas identificados, ganhou maior visibilidade o interesse na estética e simbologia das infraestruturas nomeadamente a atenção aos detalhes conseguidos por marcos urbanos significativos, fossem avenidas, edifícios ou praças. O seu desenho devia concentrar uma identidade própria através de significativos elementos simbólicos e artísticos, como candeeiros, fontes, jardins, mobiliário urbano e estatuação, e onde se inclui a calçada. De facto, o desenho urbano foi ganhando particular relevo na conceção do espaço público, orientado para uma visão de monumentalidade que moldaria a cidade numa sequência de formas e artifícios, desde edifícios e avenidas até ao

⁴ Estas marcas podem também ser imateriais, como são o caso de comemorações, procissões, mitos, produção literária e fílmica.

equipamento, que se tornariam distintos e memoráveis quando comparados com outros espaços semelhantes, nacionais ou internacionais. Estes mecanismos, tornados critérios, normas ou mesmo legislação específica pelos poderes públicos ao longo do século XX, repensaram o desenho do espaço urbano tornando legível o espaço público como único, ou singular, detentor de uma identidade em conexão com a cidade.

Esta identidade pode ser reconhecida e aplicada numa microescala aos vários tipos de espaços e aos seus pavimentos. Entre eles, os passeios e demais áreas com calçada portuguesa, porque contêm um sentido material, simbólico e operacional, podem também ser considerados lugares de memória (Nora, 1984), no sentido já ensaiado para a escultura pública e para a arte urbana (Abreu, 2005).

Devido à complexa versatilidade e possibilidades de composição, os espaços públicos urbanos possuem várias valências e potencialidades, e por isso, as praças, lugares ou ruas atraem a população para a sua utilização, de acordo com um uso misto que se torna habitual no híbrido das suas características (Coupland, 1996; Lousada, 2017), por lazer ou necessidade, contribuindo dessa forma para a sua identidade. Os diferentes tipos de pavimento pedonal de uma cidade são indicativos da hierarquização dos diversos espaços e da sua constituição, e fornecem informação – por exemplo, através do seu formato, dimensão, composição, desenho ou até do seu estado de conservação – que afeta a forma como os indivíduos o percebem e nele se deslocam, gerando diferentes expectativas aos seus utilizadores (Cabrera e Nunes, 1998). Portanto, ao considerarmos a práxis urbana, ou seja, a combinação do referencial teórico e dos dispositivos materiais que realizam a imagem simbólica de um espaço ou de uma cidade, e as meta-narrativas partilhadas pela população em relação aos seus lugares, podemos olhar os pavimentos e os passeios pedestres na sua idealização e materialização com a calçada portuguesa, como um agregado de identificação formal e espacial, estética e simbólica, utilitária, informativa e normativa.

Assim, se um pavimento apresenta desenhos decorativos ou informação gráfica, essa informação visual é indicativa da qualidade e valorização de um espaço específico, de uma transição entre áreas, ou da sua identificação formal ou institucional, seja pela propriedade, pela qualidade, pela finalidade ou ainda pelo seu estatuto, sendo “um mediador fundamental na arquitetura da(s) mobilidade(s)” e alterando-se “em função dos atores que nela participam e das suas agendas” (Simões e Diogo, 2017, p. 17). De salientar que, na capital portuguesa, a maioria dos desenhos para calçada era realizada por anónimos ou amadores, por técnicos da autarquia, ou ainda como resultado de combinações que os próprios calceteiros concebiam na sua adaptação ao espaço (Cabrera e Nunes, 1998, p. XLVII). Contudo, e até à atualidade, a sua autoria resultou, em parte, do convite a pintores como Abel Manta ou Maria Keil, e a arquitetos como Ventura Terra, Cassiano Branco ou Pardal Monteiro (Cabrera e Nunes, 1998, p. XLVII).

CALÇADA PORTUGUESA EM LISBOA: ANTECEDENTES E DESENVOLVIMENTOS

É seguramente referido pela bibliografia que a primeira pavimentação ornamental com calçada construída com os pequenos blocos de pedra branca e negra foi ideia do Tenente-general Eusébio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado que, em 1842, era governador da cadeia do Castelo de São Jorge. Tendo como mão de obra os reclusos da cadeia, os “grilhetas”, concebeu e concretizou a pavimentação do pátio de entrada do castelo, das valetas e da parada do quartel do batalhão de caçadores estacionados no local (Matos, 2011, p. 185). A obra gerou sensação e, 41 anos depois, um jornalista do *Diário de Notícias* assegurava que a dita calçada “lá existe em perfeito estado de conservação” (apud Matos, 2011, p. 185).

Mais tarde, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, a mesma ideia seria replicada numa escala bem maior para se proceder à pavimentação do largo do Rossio. Júlio de Castilho (1937, p. 110-111) diz-nos que com a conclusão do edifício em torno do Rossio e depois de pensado o traçado da praça, em novembro de 1845, fechando-a ao trânsito de veículos e animais, a Câmara, “em Abril de 1848, decidindo que, em se acabando a obra do calçamento da entrada do Passeio Público, o partido das calçadas passasse a empedrar o tabuleiro do Rossio”. A obra

seguiria os mesmos princípios que Eusébio Furtado aplicara, propondo “um risco original e vistoso, que podia ser executado pelos grilhetas do castelo de S. Jorge” (Castilho, 1937, p. 111). Três meses depois, em julho, a Câmara aprovou “o projecto, e rogando-lhe mandasse fazer as *fôrmas* de madeira, e requisitasse do cofre municipal os meios necessários”. No ano seguinte, em junho de 1849, a obra ainda prosseguia “com algumas diminuições no pessoal dos grilhetas, concluindo-se a final com os calceteiros do Município” (Castilho, 1937, p. 111).

Prolongando-se por mais de 16 meses, cálculos à época estimaram o seu custo em cerca de trezentos mil réis apenas para a gratificação aos “grilhetas”, uma verba elevada que justificava a afirmação, num texto do *Diário de Notícias* de julho de 1883, de que “por este preço não torna, de certo, Câmara alguma a possuir calçada-mosaico” (apud Castilho, 1937, p. 112).

Quando falamos da pavimentação de ruas de uma forma genérica, importa distinguir a rua, espaço de circulação de pessoas, animais e meios de transporte, do passeio, utilizado apenas por pessoas. Tendo em atenção esta distinção, apresenta-se um breve percurso pelos vestígios que a documentação nos fornece sobre as intervenções nos pavimentos em Lisboa.

Com o aparecimento do automóvel na transição para o século XX, os indivíduos “habituaados ao uso quase exclusivo das ruas” foram cada vez mais remetidos para os passeios “atordoados pela crescente circulação viária e pelo advento dos novos meios de locomoção” (Cabrera e Nunes, 1998, p. XXIII), como os elétricos ou, mais tarde, os autocarros ou as motorizadas.

Contudo, a necessidade de pavimentar as ruas, dotando-as de melhores condições de tráfego, conservação e higiene, remonta a séculos anteriores. Não se trata obviamente da solução técnica e material conhecida por calçada portuguesa aplicada aos passeios, praças e largos, desde o final do século XIX, mas sim de outras soluções de pavimentação de ruas, possíveis pela disponibilidade de matéria-prima e capacidades técnicas.

O recurso precoce à exploração de materiais geológicos para satisfazer necessidades de construção em Lisboa, envolvendo a regulação e mediação entre o rei e as autoridades da cidade, é evidente desde a Época Moderna. Num documento do início do século XV, o rei D. João I autoriza a exploração de pedreiras no termo da cidade – provavelmente hoje dentro dos seus limites – para obras, possivelmente de edifícios, pavimentos ou infraestruturas⁵. Na sequência dos melhoramentos de que progressivamente as cidades foram beneficiando, a aplicação de pedra no revestimento de ruas para melhorar a circulação de pessoas, animais e veículos, foi objeto de especial atenção por parte dos soberanos. Por exemplo, em 1498, D. Manuel I deu indicações sobre a importância de se prosseguir com as obras de calcetamento em Lisboa, o que demonstra existir algum tipo de revestimento anterior e, também, o empenho do rei em alargar aquele pavimento a novas ruas⁶. No mesmo ano, o monarca determinou o lançamento das custas à cidade, não isentando sequer a nobreza e o clero, o que reforça a importância dos trabalhos e a diligência do soberano. Já em 1515, ainda o mesmo rei autorizava a Câmara a proceder contra aqueles que não contribuísssem para o ladrilhamento da rua Nova dos Mercadores (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 81). Tratava-se, portanto, do revestimento de ruas e nunca de passeios.

Cem anos mais tarde, no reinado de Filipe II, encontramos um Assento da Câmara de Lisboa a propósito dos oficiais que deveriam acompanhar a construção de calçadas, não sendo claro que tipo de pavimento seria nem a sua localização específica, mas no qual se dedicava especial atenção à sua execução, já que os trabalhos deveriam ser monitorizadas pelo vereador do pelouro das obras, pelo procurador da cidade e por um procurador dos mesteres, que deveriam proceder às medições e outros trâmites legais⁷. Num documento, também do reinado de Filipe II, a

⁵ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), [D. João I autoriza que se retire pedra das pedreiras], 1406-07-06, PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/025/0105.

⁶ AML, [D. Manuel I determina sobre as obras de calcetamento], 1498-08-22, PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/005/011/0025.

⁷ AML, [Assento sobre as orientações para a construção de calçadas], 1611-03-06, PT/AMLSB/CMLSBAH/CHC/015/004/0025.

propósito da necessidade de reparações em diversas “calçadas”, é referido que estas são no termo de Lisboa, não havendo outro tipo de informações. Apesar do termo da cidade ter várias povoações e lugares, não parece certo que se trate da calçada dita urbana⁸. Avançando novamente cerca de um século, encontramos outro documento relacionado com a necessidade de reparação de “calçada” nos primeiros meses de 1720, no qual a Câmara de Lisboa consultava o Senado para saber que despesa seria necessária para realizar “consertos” nas calçadas do concelho⁹.

É certo que Lisboa seria dotada, na zona nobre e central, de algum tipo de calçada, cada vez mais sujeita a desgaste pelo seu uso intensivo, necessitando de conservação e reparação regular. Esta atenção é clara no final de 1738, quando a Câmara e o Senado de Lisboa trocam diversa documentação para o “conserto das calçadas das ruas de Lisboa, principalmente aquelas por onde passam as carruagens”¹⁰. Esta afirmação coloca em evidência tratar-se do pavimento das próprias ruas, por onde circulavam meios de transporte que, pela sua frequência e quantidade, provocavam danos.

Com segurança de se tratar da calçada como revestimento de passeios para a circulação pedonal, encontramos já durante todo o século XX inúmeros despachos e ordens municipais que se tornam frequentes e vulgares, para a construção deste tipo de passeios recorrendo à composição de pequenas pedras brancas, a que se juntavam outras de cor negra quando a intenção era concretizar o desenho de figuras (geométricas, antropomórficas, zoomórficas, botânicas, simbólicas e iconográficas), como forma de ornamentação de áreas pedestres urbanas.

O recurso sistemático, desde o final do século XIX e durante todo o século seguinte, a este tipo de construção dos passeios de Lisboa, remete-nos para a necessidade da matéria-prima – os recursos geológicos, suas características e origem – para satisfazer o seu elevado consumo. Sabemos que na zona de Lisboa e arredores existiam inúmeras pedreiras que, ao longo dos tempos, providenciaram os vários tipos de material rochoso que foram extensivamente utilizados, primeiro na construção de edifícios e pavimentos e, mais tarde, no revestimento de passeios (Matos, 2011). Pinto (2005, p. 29) identificou, a partir de 1927, 248 pedreiras na área do concelho de Lisboa, a maior parte das quais em intensa exploração desde o final do século XIX e até meados do século XX para utilização, sobretudo, na construção de edifícios. Os materiais geológicos produzidos por estas pedreiras foram divididos pela autora em quatro grupos: areeiros, calcário, barreiros e basalto.

Apesar dos dados reunidos em Pinto (2005) serem apenas de 1927 em diante, é possível encontrar referências a pedreiras em Lisboa nos séculos anteriores. Para a segunda metade do século XIX, existem vários documentos emitidos ou rececionados pela Câmara, relacionados com assuntos diversos sobre pedreiras em Alcântara, Alcolena e Benfica¹¹, zonas que estão identificadas com a extração de calcário (Pinto, 2005, p. 34-35), um dos materiais mais utilizados na construção para alvenaria, fabrico de cal e calçada de empedramento nos passeios. Fora destas zonas da cidade, encontramos uma indicação de intenção para a abertura de uma pedreira no Campo

⁸ AML, [Assento sobre o conserto das calçadas da cidade], 1618-05-08, PT/AMLSB/CMLSB/CHC/015/004/0209.

⁹ AML, [Consulta sobre a despesa da reparação das calçadas], 1720-02-09 - 1720-04-26, PT/AMLSB/CMLSB/CHR/010/0039/016.

¹⁰ AML, [Aviso sobre o orçamento do conserto das calçadas], 1738-11-03, PT/AMLSB/CMLSB/CHR/010/0044/0004. Na sequência deste aviso, ver também: AML, [Consulta sobre o contrato do conserto das calçadas], 1738-11-07 - 1738-11-28, PT/AMLSB/CMLSB/CHR/010/0044/0003, e AML, [Consulta sobre a arrematação do contrato do conserto das calçadas], 1738-12-04 - 1738-12-04, PT/AMLSB/CMLSB/CHR/010/0044/0002. Esta preocupação, talvez pelos estragos serem consideráveis e estarem a acumular-se, já havia sido abordada pela Câmara no ano anterior a propósito de uma consulta para arrematar a reparação das ruas, cujo despacho demorou mais de sete meses: AML, [Consulta sobre a arrematação do contrato do conserto das calçadas], 1737-02-01 - 1737-09-16, PT/AMLSB/CMLSB/CHR/010/0043/014.

¹¹ AML, [Exposição sobre a pedra extraída da pedreira em Alcolena], 1860-06-12 - 1860-07-28, PT/AMLSB/CMBLM/GOMU/001/0005/0095; AML, [Pedido de providências relativo às pedreiras de Alcântara], 1867-08-07 - 1867-08-09, PT/AMLSB/CMBLM/GOMU/001/0005/0161; AML, [Pedido de gradeamento nas pedreiras de Alcântara], 1867-04-20 - 1867-05-10, PT/AMLSB/CMBLM/GOMU/001/0005/0158; AML, [Arrendamento de uma pedreira e compra de um moinho em Benfica], 1868-01-11 - 1868-01-20, PT/AMLSB/CMLSB/CHR/013/005/0159. Alcolena situava-se na então Câmara de Belém.

de Santa Clara, na segunda metade do século XIX, relacionada com a necessidade em obter matéria-prima para continuar a obra do mosteiro local, e apenas por um período de quatro meses¹².

Outro recurso fundamental para a execução da calçada portuguesa nos passeios era o basalto, de cor negra – mais tarde passou a ser o calcário negro por ser mais fácil de facetar – essencial para se obter, por contraste com o branco do calcário, o desenho de formas geométricas. Sabe-se que em Lisboa havia exploração deste tipo de rocha, embora numa escala significativamente menor (Pinto, 2005, p. 36 e 38). Ainda assim, em 1939, na *Revista Municipal* afirmava-se que “na arte do calcetamento, até a matéria prima é lisboeta também”, pois “o calcário vem de Monsanto, das velhas pedreiras do Sabido, de Campolide, ou da Fonte Santa. Há também calcário bom em Odivelas e Paço de Arcos”. Quanto ao “basalto vem quasi exclusivamente de Monsanto, mas também há algum em Odivelas. Nalguns raros casos tem-se substituído o basalto pelo calcário preto de Mem Martins” (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 82).

Sobre a calçada artística portuguesa como revestimento de passeios na cidade, sabemos que desde o primeiro projeto concretizado no Rossio, estes foram progressivamente revestidos pelo método do calcetamento com pequenas pedras de calcário (branco) e basalto (negro), acelerando os trabalhos ao longo da primeira metade do século XX. Para além do efeito visual ornamental ou informativo conseguido pelo desenho a branco e preto (quando era o caso), as vantagens do calcetamento em empedrado (fosse na conjugação das duas pedras ou apenas com o calcário branco) era um dos pontos frisados pelas autoridades de Lisboa. Logo em 1895, a Comissão de Melhoramentos da CML entendia que “mesmo alguns passeios lateraes da Avenida da Liberdade poderiam ser revestidos do empedrado meudo, que da fuga facil ás aguas da chuva, e se não desfaz em fina poeira”, e pelo contrário, “os betons têm estes inconvenientes” (Empedrados e mosaicos, 1895). Em relação às desvantagens a longo prazo, apontavam que “ao cabo de mais de meio século de uso tão intenso, é certo polimento que, devido à inclinação, se torna por vezes escorregadio”, no entanto, “o calcetamento mantém perfeita coesão e solidez” (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 82-83).

Com efeito, o ritmo de calcetamento dos passeios e praças foi constante, contribuindo para o embelezamento e qualificação das zonas nobres e centrais da cidade. Ainda durante o século XIX, assistiu-se à construção de calçadas no largo do Carmo (1863), no largo de Camões (1867), no Jardim da Patriarcal (1870), na praça do Município (1876), no largo de S. Julião (1876), na praça do Duque da Terceira (1877), no largo do Chiado (1886), na rua Garrett (1888), nas duas placas centrais da avenida da Liberdade (1889, e de 1900 a 1908), na rua António Maria Cardoso (1893), no Jardim de S. Pedro de Alcântara (1894), na praça do Comércio (1907), e nas duas placas da praça do Marquês de Pombal (1910) (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 81-82).

O consumo destes dois tipos de rocha no empedramento dos passeios de Lisboa, sobretudo do calcário, foi de tal ordem que, entre 1947 e 1949, ter-se-ão calcetado cerca de 500 000m² por ano, entre passeios, praças, largos e jardins, o que equivale a 300 000 toneladas no triénio, sabendo-se que, no mesmo período, a produção de materiais geológicos variou entre um e dois milhões de toneladas por ano, dos quais mais de 80% em calcário (Pinto, 2005, p. 55). Com efeito, um documento da CML, de 1946, indicava a existência de cerca de trinta pedreiras apenas na zona do Parque Florestal de Monsanto¹³.

Tudo isto não seria possível sem aqueles que, pelo esforço do seu trabalho e mestria, tornaram possível a materialização do desenho em papel na calçada: os calceteiros. O trabalho destes operários tornou-se de tal modo sofisticado que o saber de lancetar com perfeição a pedra e aglomerar os seus pequenos pedaços com consistência e unidade suficientes para consolidar a calçada era transmitido por mestres a aprendizes, conhecimento essencial para se distinguir na profissão que rapidamente se transformou numa arte, a “arte do calcetamento”;

¹² AML, [Consulta sobre a abertura de pedreira no Campo de Santa Clara], 1688-08-12 - 1688-09-11, PT/AMLSB/CMLSBAH/CHR/010/0023/028.

¹³ AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/002/04033, [Documentação diversa referente a pedreiras situadas no parque florestal de Monsanto], 1946-10-22.

– êsse é decerto o pensamento da Câmara Municipal ao inscrever nos seus quadros a categoria de *calceteiros-artistas*” (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 79). O rigor e a minúcia que esta implicava, a técnica e o saber de uma vida, tornaram-se de tal modo específicos que os mestres calceteiros deixavam uma marca no seu trabalho, uma espécie de sinal como assinatura, através de pequenos apontamentos em pedra, distintos de outros, reconhecíveis no meio oficial, e que identificavam o mestre envolvido em determinado trabalho. Assim, “quási todos os ornatos mais importantes, (como por exemplo os florões da Avenida) estão *assinados*”, de tal forma que um mestre “colocará no centro do seu florão uma pedra em triângulo aguçado; aquêle assina com uma pedra em quadrado; o outro firma com um pedaço de calcêreo que talhou em hexágono ou em concha. E essa forma da pedra constitui uma assinatura que os calceteiros mantêm – e reconhecem” (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 85; Matos, 2006).

Para além da identificação do mestre calceteiro, a calçada do passeio podia também conter referências simbólicas e textuais a casas comerciais e industriais, à própria Câmara e aos seus serviços, à Igreja, a ordens ou organizações, como a maçonaria, ou até aos proprietários dos prédios adjacentes à calçada, de que são exemplo as estrelas conhecidas por “As estrêlas do Milhões”, em referência ao “opulento capitalista Carvalho Monteiro [1848-1920], proprietário de numerosos prédios (praça de Camões, largo do Barão de Quintela, etc.) [que] assinalava as suas propriedades mandando calcetar os passeios com estrelas” (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 85). No domínio da interpretação religiosa, temos como exemplo a estrela de oito pontas, símbolo de regeneração e uma alusão a Maria, mãe de Jesus (Matos, 2011, p. 183).

A novidade e o sucesso desta forma peculiar de pavimentar os passeios e da “arte” de calcetar ganhou tal visibilidade que, logo nas primeiras décadas do século XX, despertou o interesse em cidades estrangeiras “aonde os serviços dos nossos calceteiros têm chegado como novidade interessante”, tais como Paris (1900), Manaus (1905), Rio de Janeiro (1906), Cidade do Cabo (1909), Génova e Nápoles (1913), Sevilha (1929), num total de 47 calceteiros requisitados e enviados para realizar encomendas nestas cidades (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 80; Matos, 2009). Quase cem anos depois, a calçada portuguesa teve novo fôlego em Portugal e no estrangeiro, de que é exemplo o caso da Expo 98, em que foram realizados vários projetos de desenho recorrendo a arquitetos e artistas visuais contemporâneos, como José de Guimarães, Júlio Resende, Fernando Conduto, Xana, Rigo ou Pedro Proença, para o embelezamento de todo o espaço circundante aos diversos pavilhões e estruturas (Matos, 2004, p. 63). Mais recentemente, em 2019, Alexandre Farto (Vhils) desenhou a efígie de Amália Rodrigues que uma equipa da Escola de Calceteiros da CML materializou numa parede vertical em Alfama.

CALÇADA PORTUGUESA EM LISBOA: DESENHOS EM ARQUIVO

A arte do calcetamento substitui o sentido sobretudo decorativo por um sentido sobretudo utilitário; abstrai da *côr* recorrendo apenas ao *contraste*; sobrepõe ao rigor do ornato o sugestivo do desenho; tende para a vasta dimensão em vez de cingir-se ao motivo restrito. A arte do mosaico incide sobre a minúcia do pormenor; – a arte do calcetamento faz do pormenor mero elemento de um conjunto a que visa (Os passeios de Lisboa, 1939, p. 80).

É a partir da inspiração suscitada pelas palavras acima recuperadas, que se selecionaram os desenhos em arquivo que constituem esta *Documenta*, dividindo-a em dois grandes grupos: de cariz decorativo ou ornamental e de âmbito informativo ou comercial. Os exemplos que aqui se apresentam, de vários autores, a maior parte desconhecida, na sua grande maioria foram materializados nos pavimentos em Lisboa desde o final do século XIX e muitos subsistiram até finais do século XX e princípios do atual milénio. Contudo, por vicissitudes várias já não existem, desaparecendo assim dos passeios estas manifestações materiais e simbólicas que aqui se pretende sublinhar e cuja memória se deseja recuperar.

DESENHOS DECORATIVOS OU ORNAMENTAIS

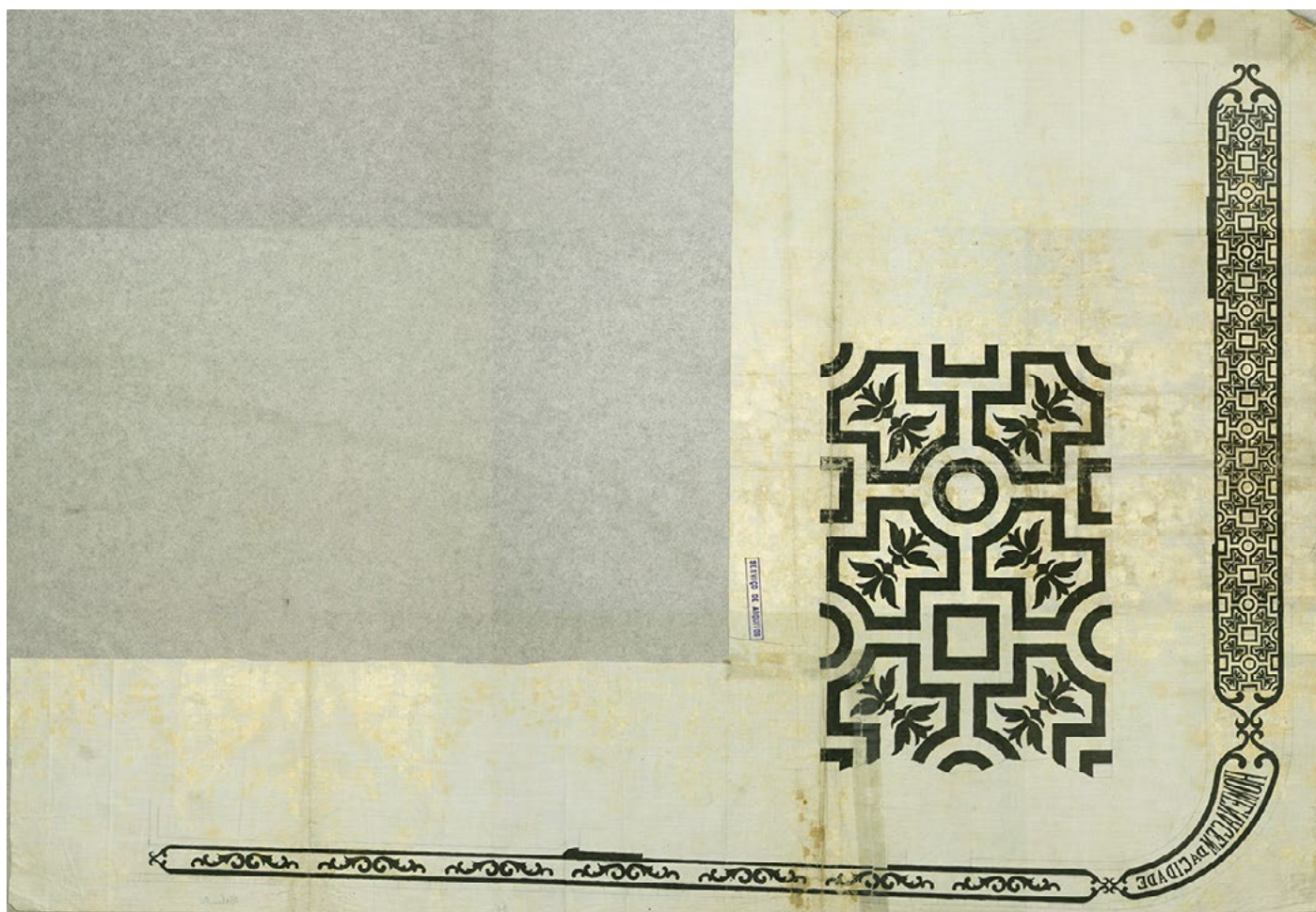


Figura 1 Desenho do empedrado para o passeio entre a avenida Visconde de Valmor e rua Ressano Garcia com a legenda “Homenagem da cidade”, s.d.

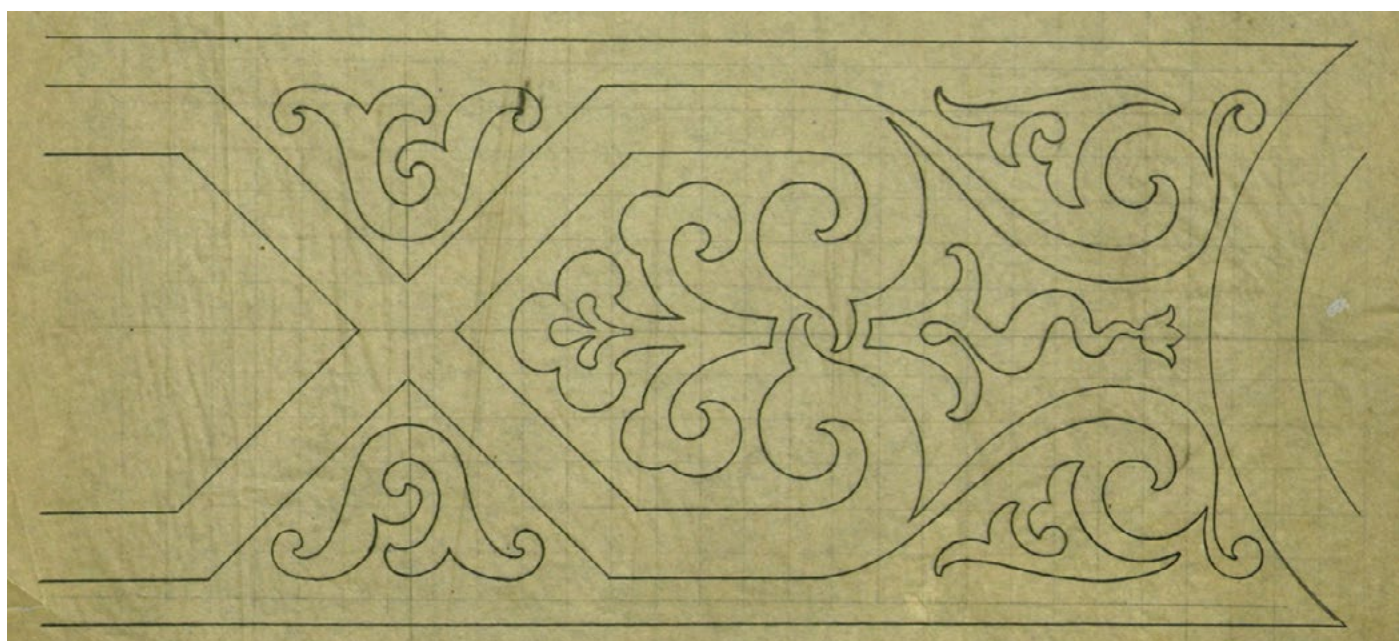


Figura 2 Desenhos de empedrados para os passeios das ruas de Lisboa, s.d.



Figura 3 Desenhos de empedrados para os passeios das ruas de Lisboa, com a indicação das medidas, s.d.



Figura 4 Desenho do empedrado situado no largo do Município junto ao Pelourinho, s.d.

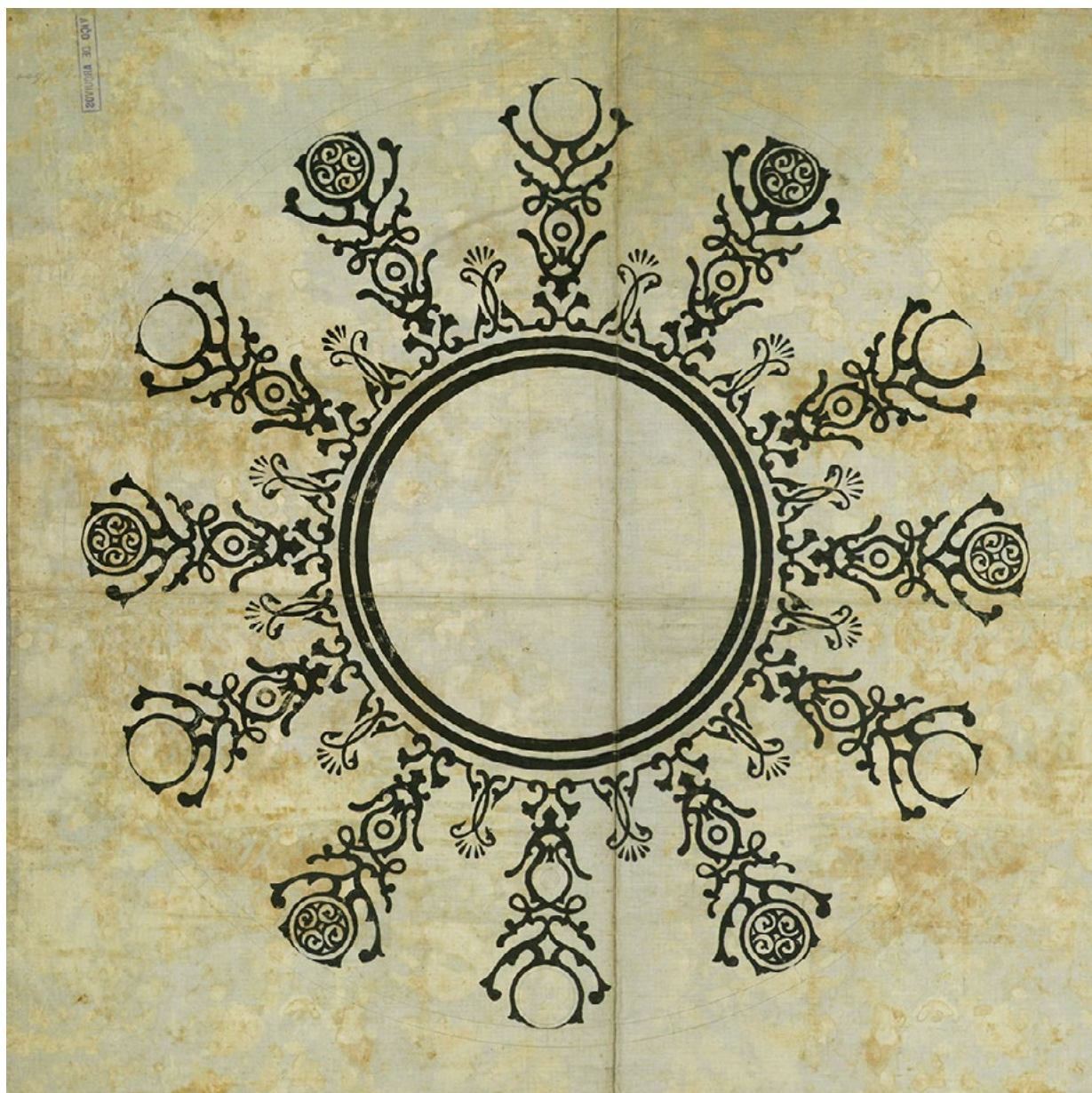


Figura 5 Desenho de empedrado em mosaico, s.d.



Figura 6 Desenho de empedrado em mosaico "Projectado n.º 6", s.d.

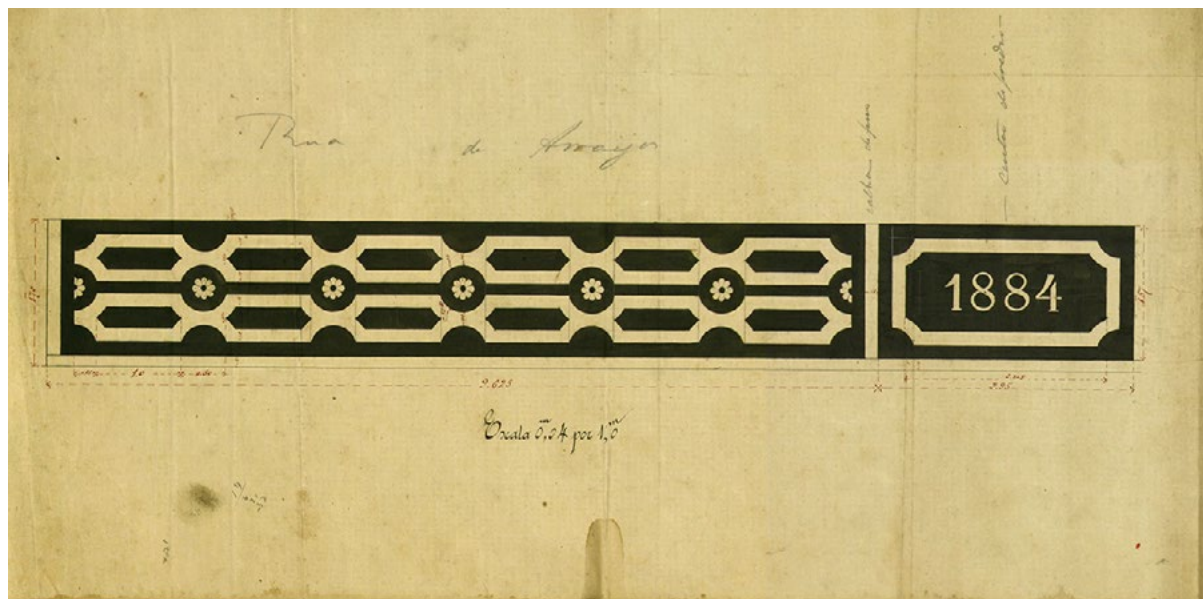


Figura 7 Desenho de empedrado para mosaico com a indicação "1884", situado na rua de Arroios, localização desconhecida, [1884].



Figura 8 Desenho dos tipos 1 a 3 do empedrado em mosaico para os passeios na rua Garrett, 1887-03-28.

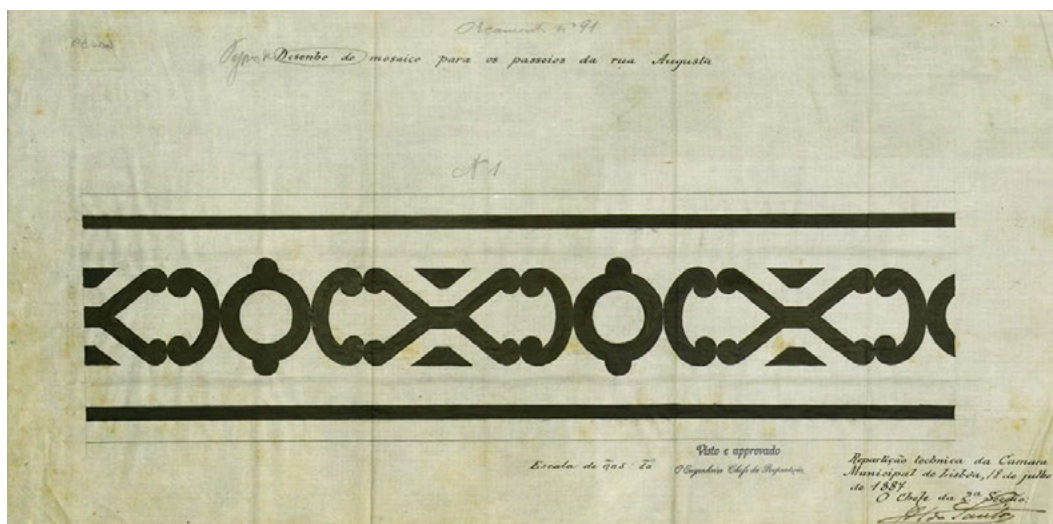


Figura 9 Desenho do mosaico para os passeios da rua Augusta, 1887-07-18.



Figura 10 Desenho do empedrado para o passeio em frente dos n.ºs 16 a 16B, na rua do Jardim à Estrela, [1896].

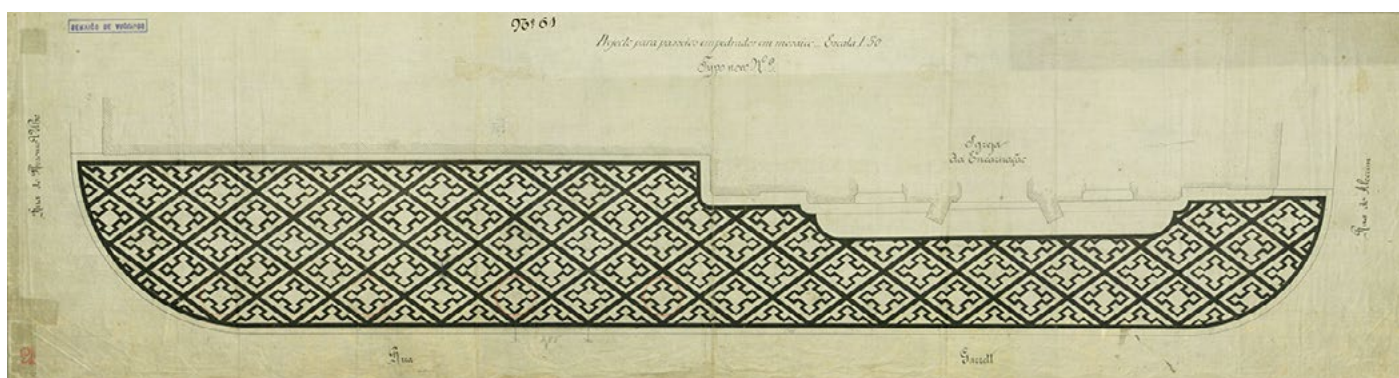


Figura 11 Projeto para passeios empedrados em mosaico no largo do Chiado, [19-].

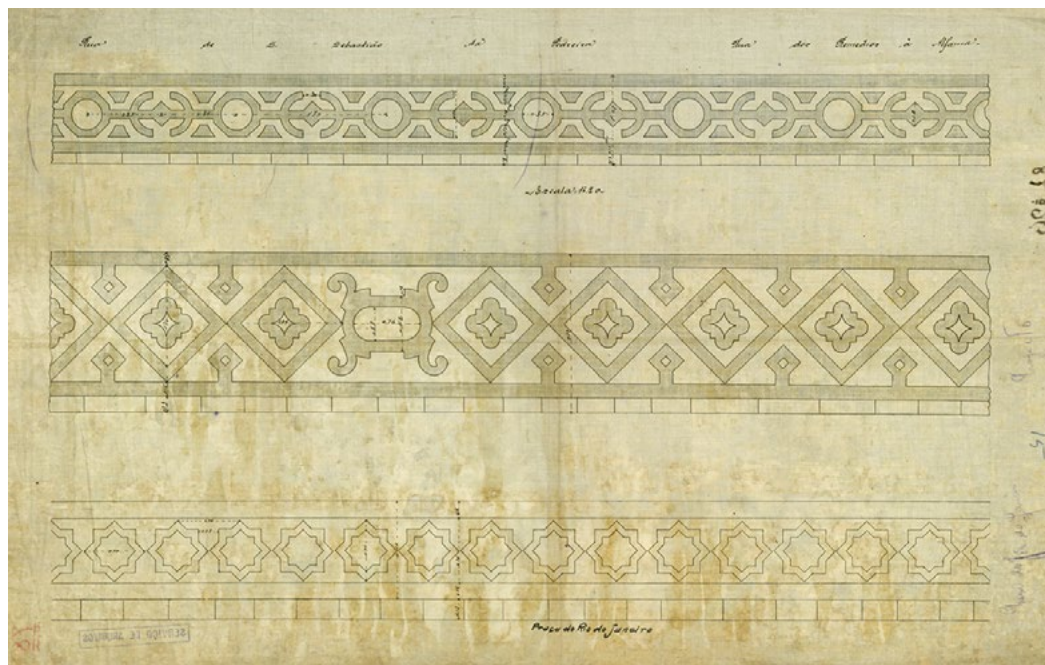


Figura 12 Desenhos de empedrados para a rua de São Sebastião da Pedreira, rua dos Remédios a Alfama, e praça Rio de Janeiro, [19--].

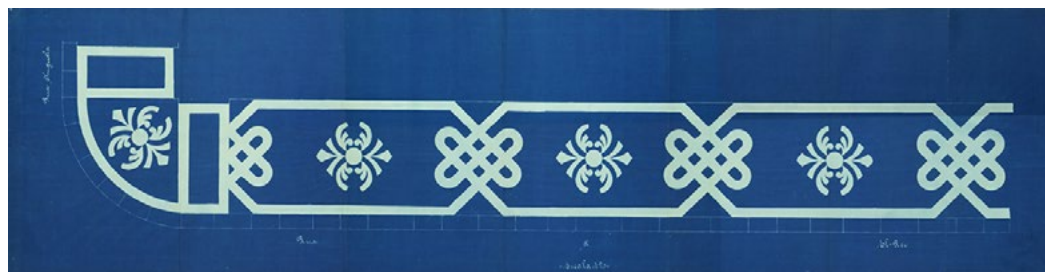


Figura 13 Desenho do mosaico do passeio situado na antiga rua Nova d'El Rei, atual rua do Comércio, tornejando para a rua Augusta, [19--].

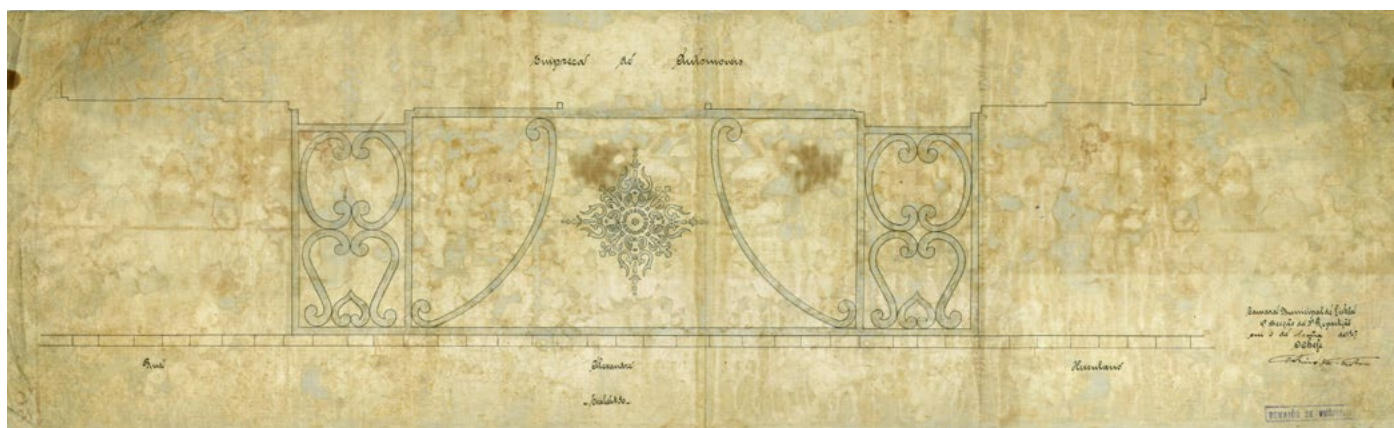


Figura 14 Desenho de empedrado para a frente de uma empresa de automóveis situada na rua Alexandre Herculano, 1907-05-03.



Figura 15 Proposta de desenho de mosaico para a placa central da praça Duque de Saldanha, 1909.



Figura 16 Desenhos de empedrados em mosaico para o passeio em frente do n.º 35 na praça Rio de Janeiro, atual praça do Príncipe Real, 1918-11-26.



Figura 17 Desenho do empedrado para o passeio das praças D. Pedro IV e dos Restauradores, 1927.



Figura 18 Desenho do empedrado em mosaico existente no largo do Município, [1930].

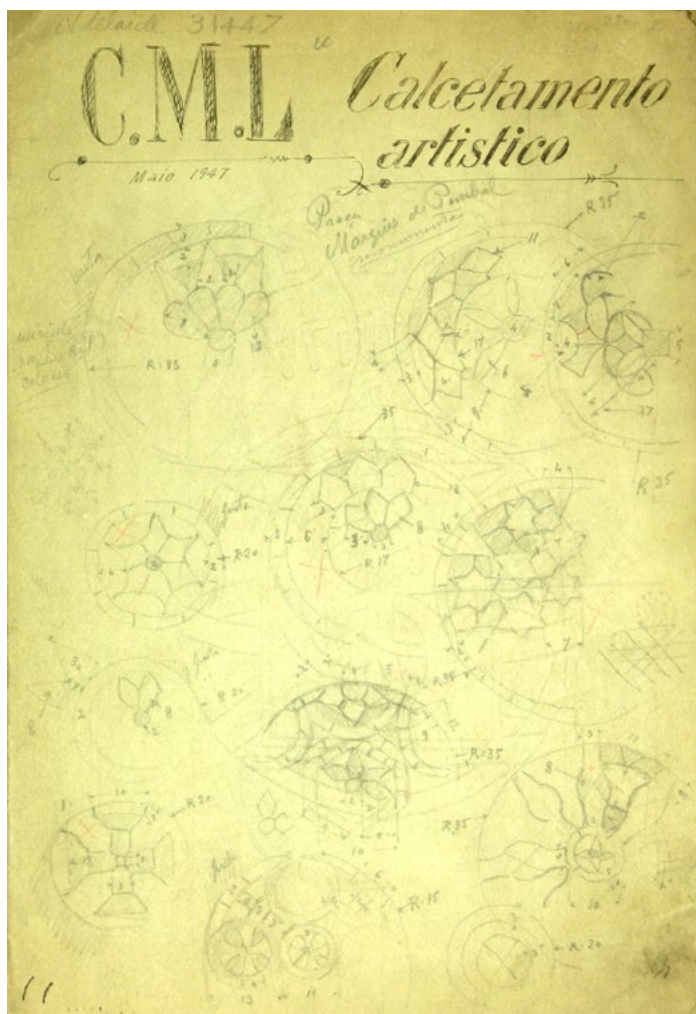


Figura 19 Conjunto de desenhos e esboços executados por técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, para o calcetamento artístico da praça Marquês de Pombal, 1947-05.

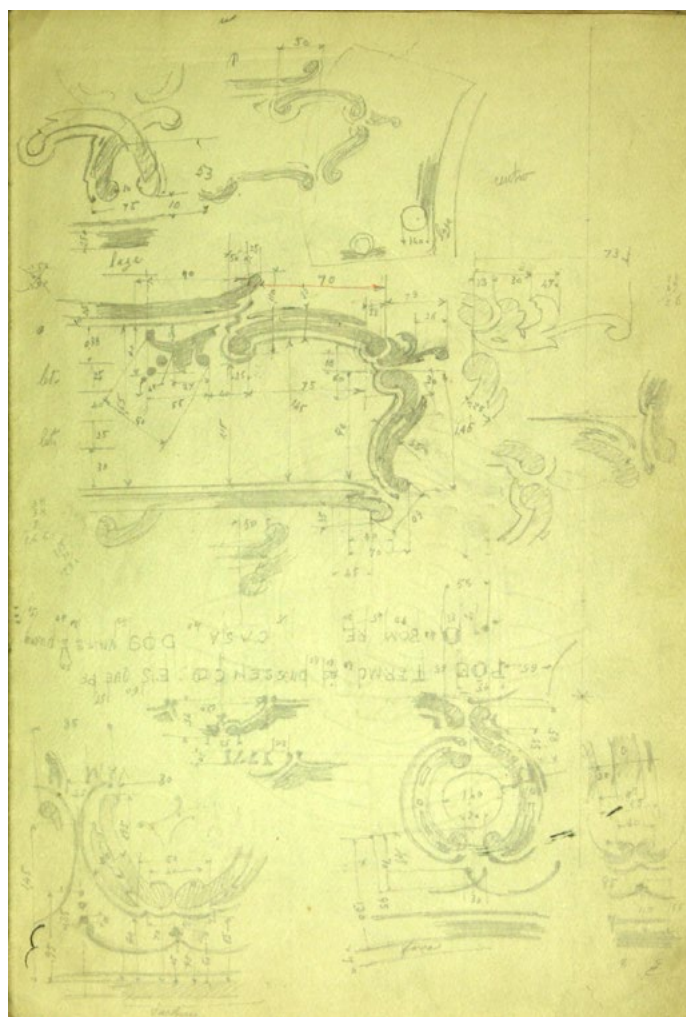


Figura 20 Conjunto de desenhos e esboços executados por técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, para o calcetamento artístico da praça Marquês de Pombal, 1947-05.

Figura 21 Conjunto de desenhos e esboços executados por técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, para o calcetamento artístico da praça Marquês de Pombal, 1947-05.

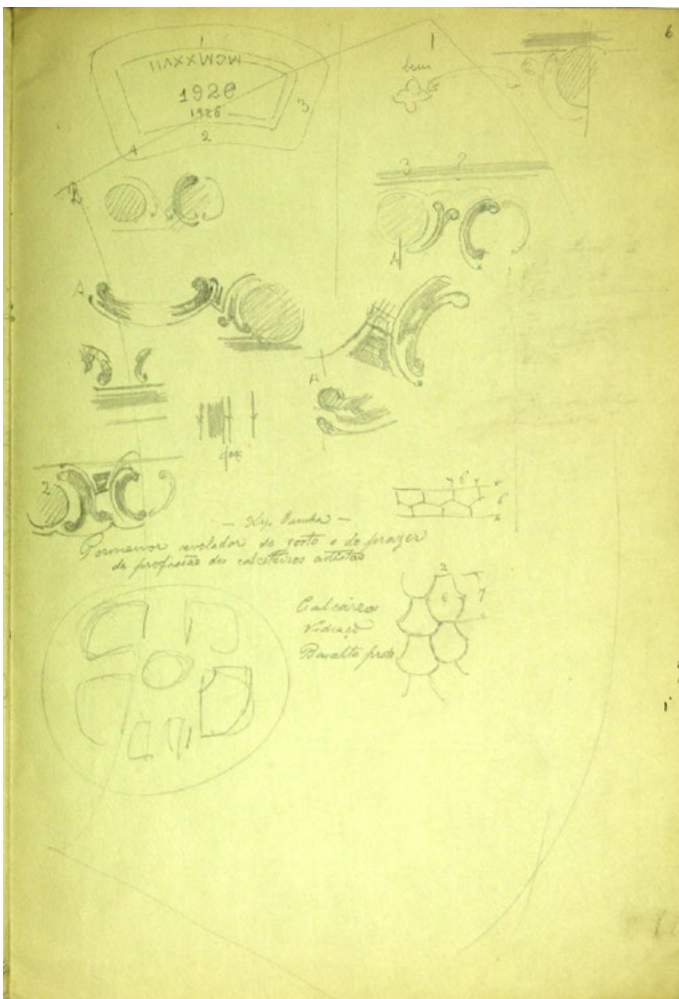
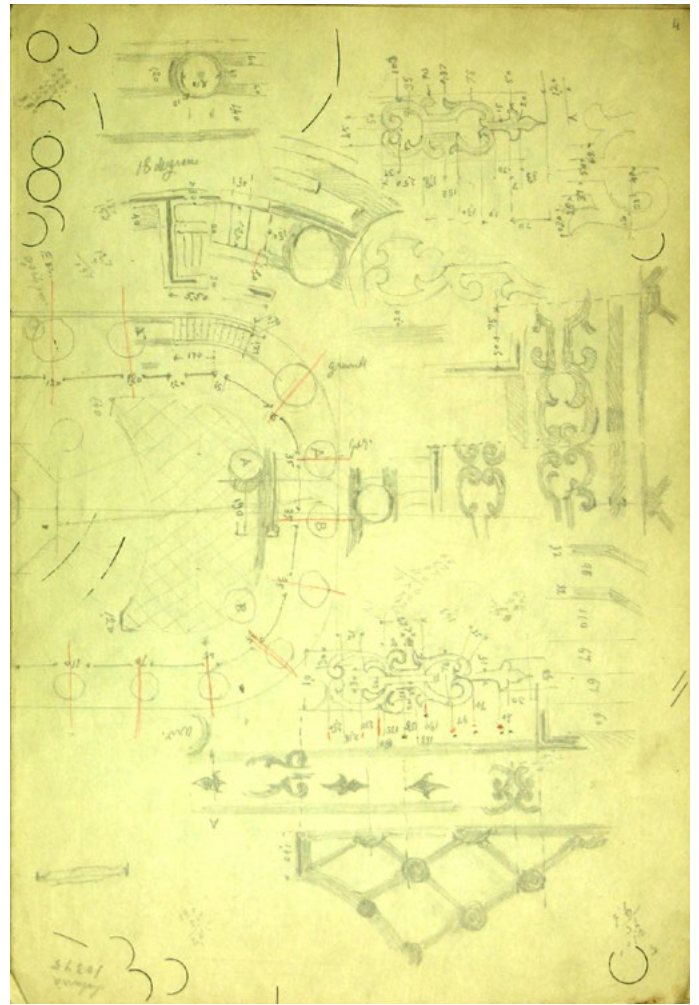


Figura 22 Conjunto de desenhos e esboços executados por técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, para o calçamento artístico da praça Marquês de Pombal, 1947-05.

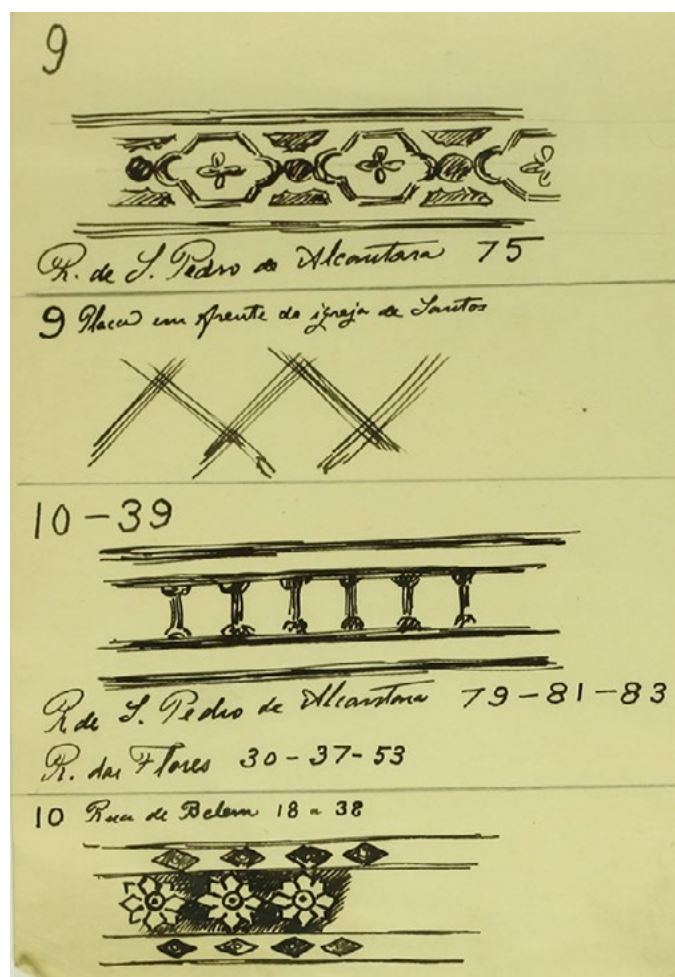


Figura 23 Desenhos de calçada ornamental recolhidos nas ruas de S. Pedro de Alcântara, das Flores, de Belém e da placa frente à Igreja de Santos, de um bloco de apontamentos atribuído ao arquiteto Eduardo Martins Bairrada, com desenhos de empedrados, respetiva localização e número de polícia, em várias zonas de Lisboa, [1954-1987].

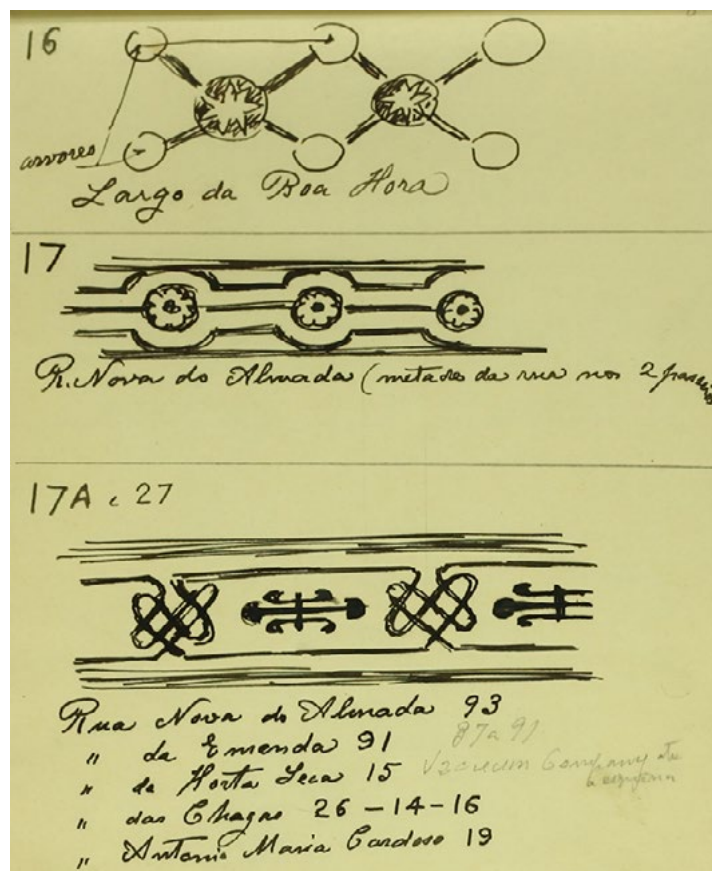


Figura 24 Desenhos de calçada recolhidos no largo da Boa Hora e ruas Nova do Almada, da Emenda, da Horta Seca, das Chagas e António Maria Cardoso, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

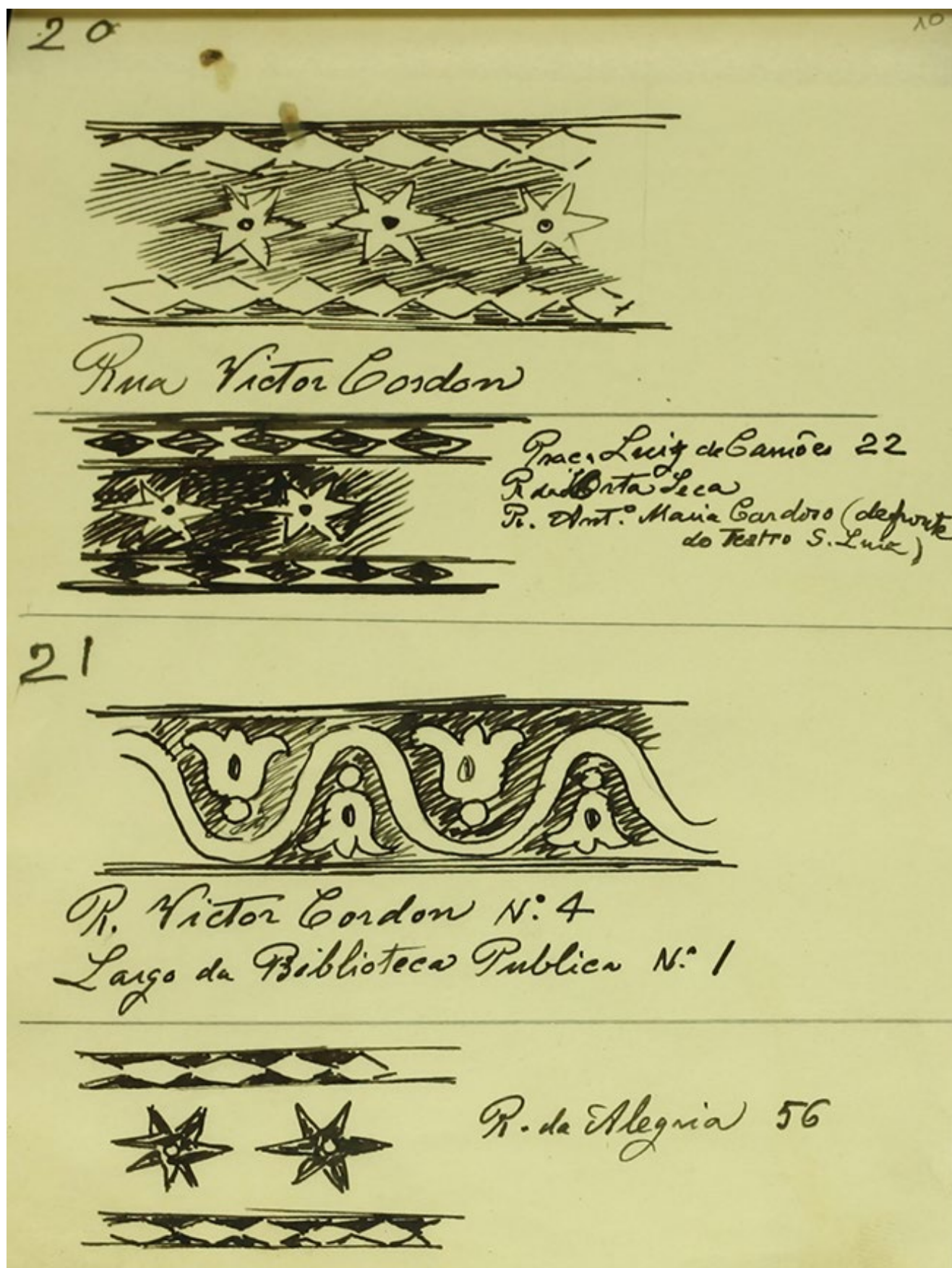


Figura 25 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas da Horta Seca, Vítor Cordon, António Maria Cardoso, da Alegria, praça Luís de Camões, e largo da Biblioteca Pública, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

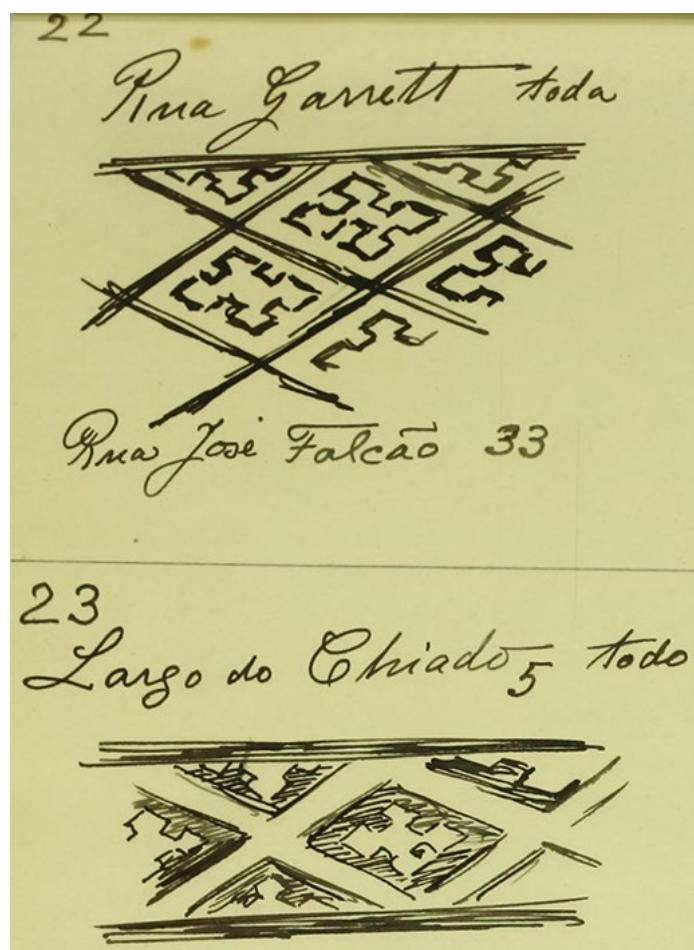


Figura 26 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas Garrett, José Falcão, e largo do Chiado, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

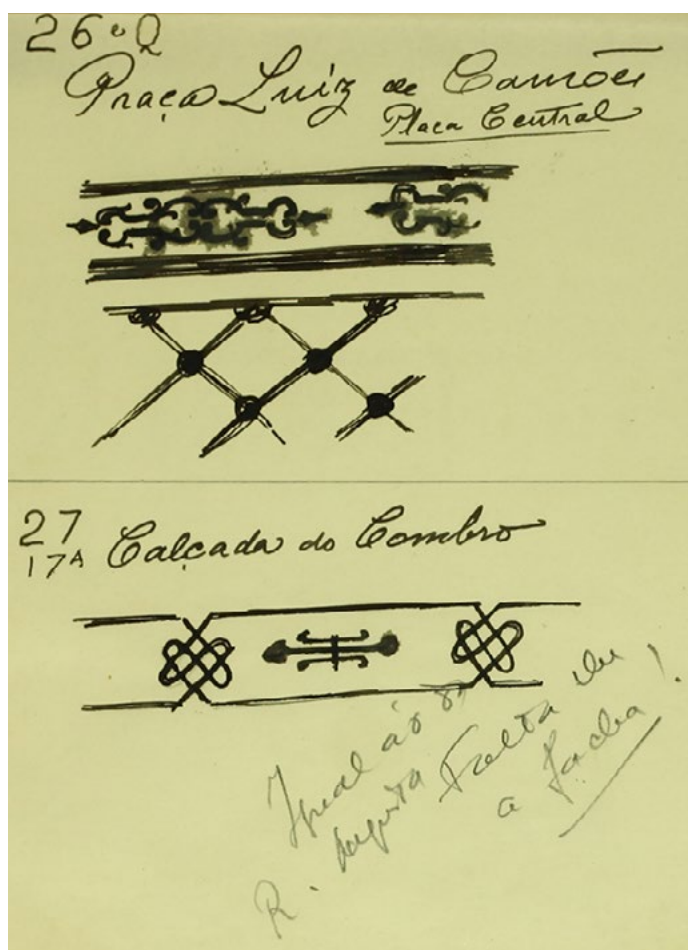


Figura 27 Desenhos de calçada recolhidos na praça Luís de Camões e calçada do Combro, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

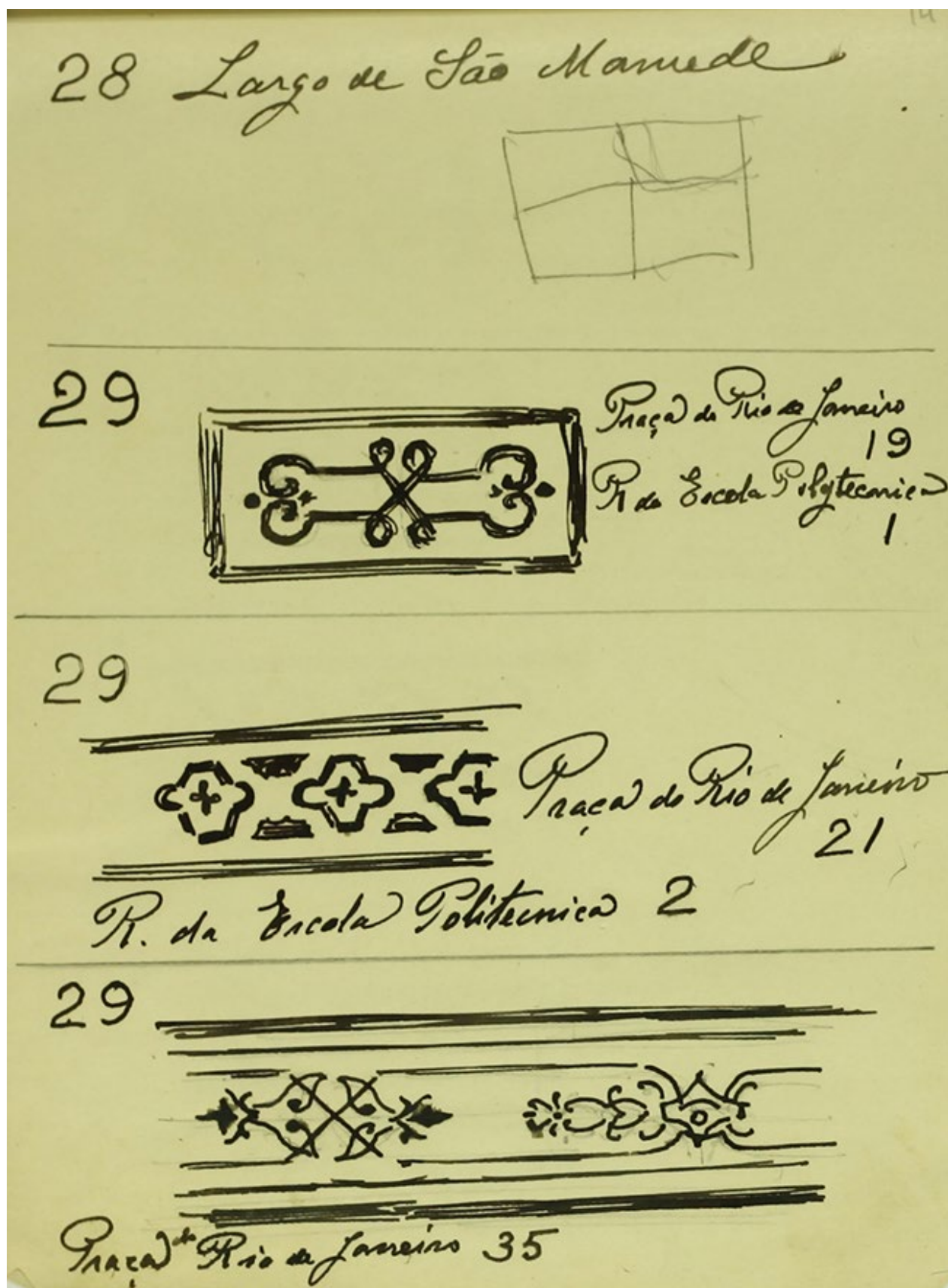


Figura 28 Desenhos de calçada recolhidos no largo de São Mamede, praça do Rio de Janeiro, e rua da Escola Politécnica, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

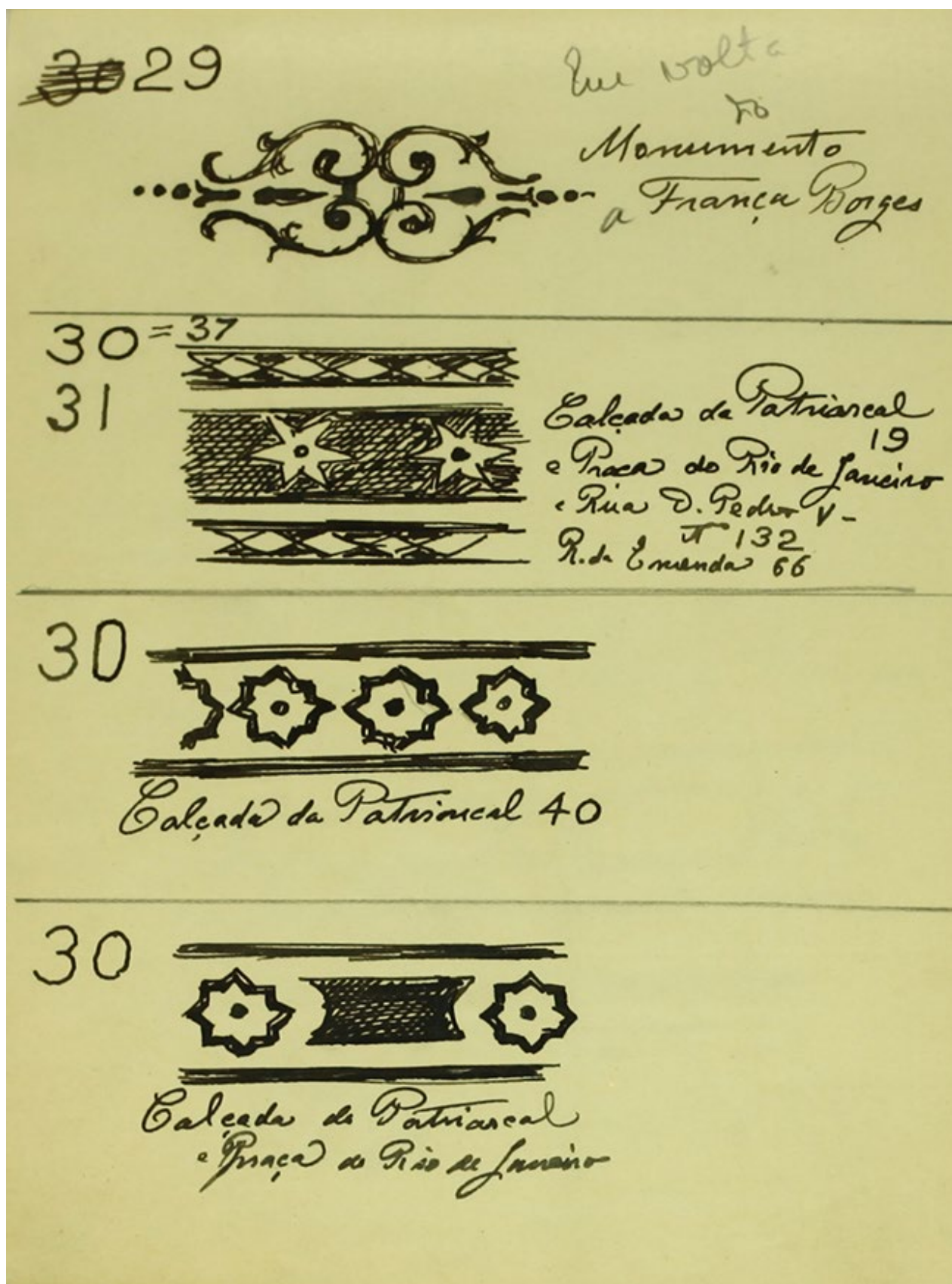


Figura 29 Desenhos de calçada recolhidos na calçada da Patriarcal, praça do Rio de Janeiro, no monumento a França Borges, e ruas D. Pedro V e da Emenda, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

Figura 30 Desenhos de calçada recolhidos na rua e jardim de São Pedro de Alcântara, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

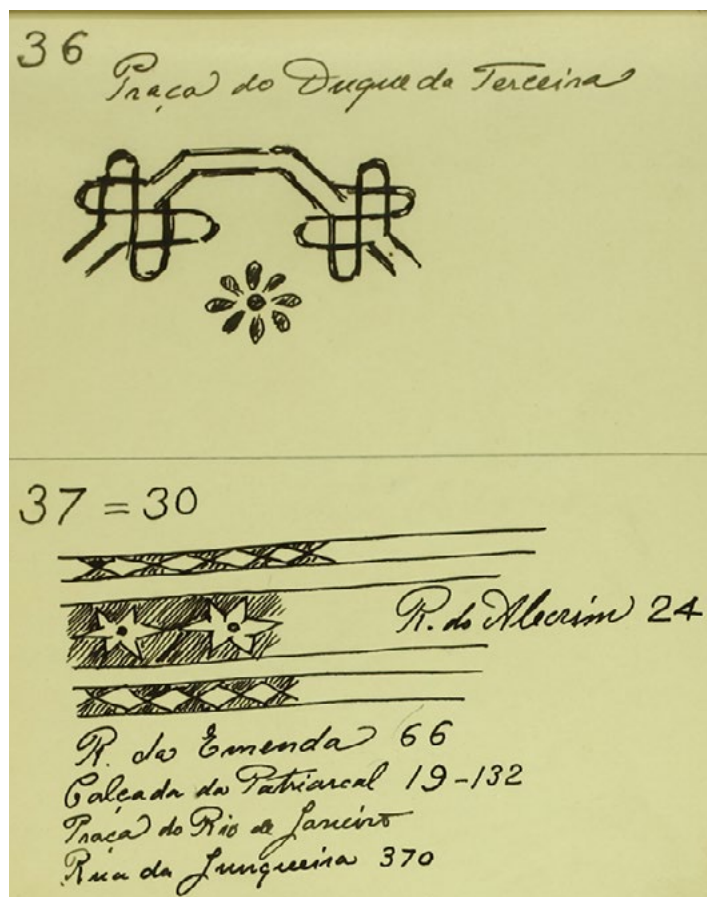
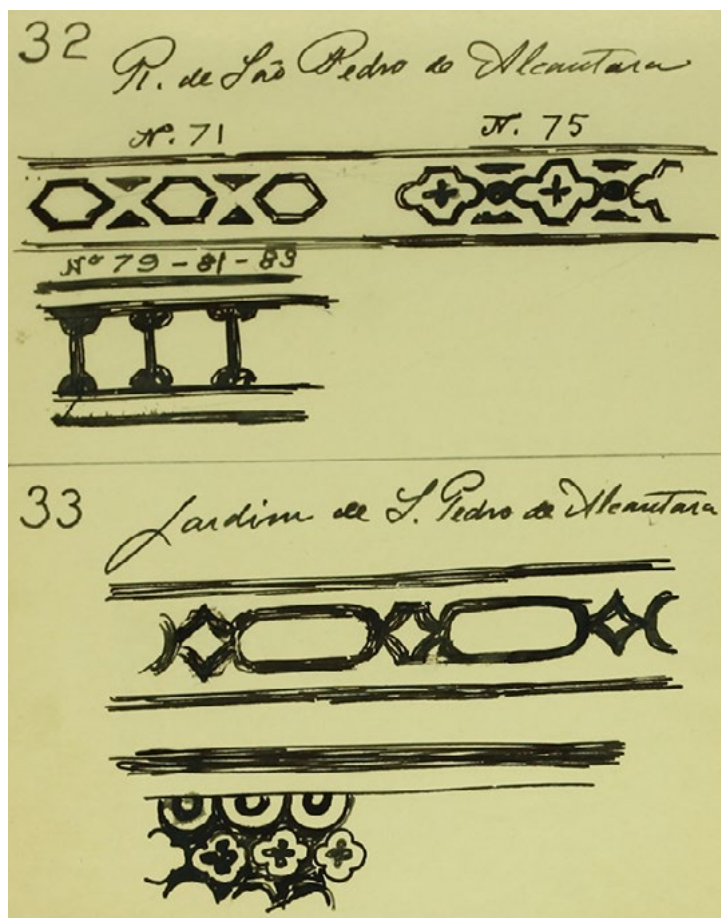


Figura 31 Desenhos de calçada recolhidos nas praças do Duque de Terceira e do Rio de Janeiro, calçada da Patriarcal, e ruas do Alecrim, da Emenda, e da Junqueira, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

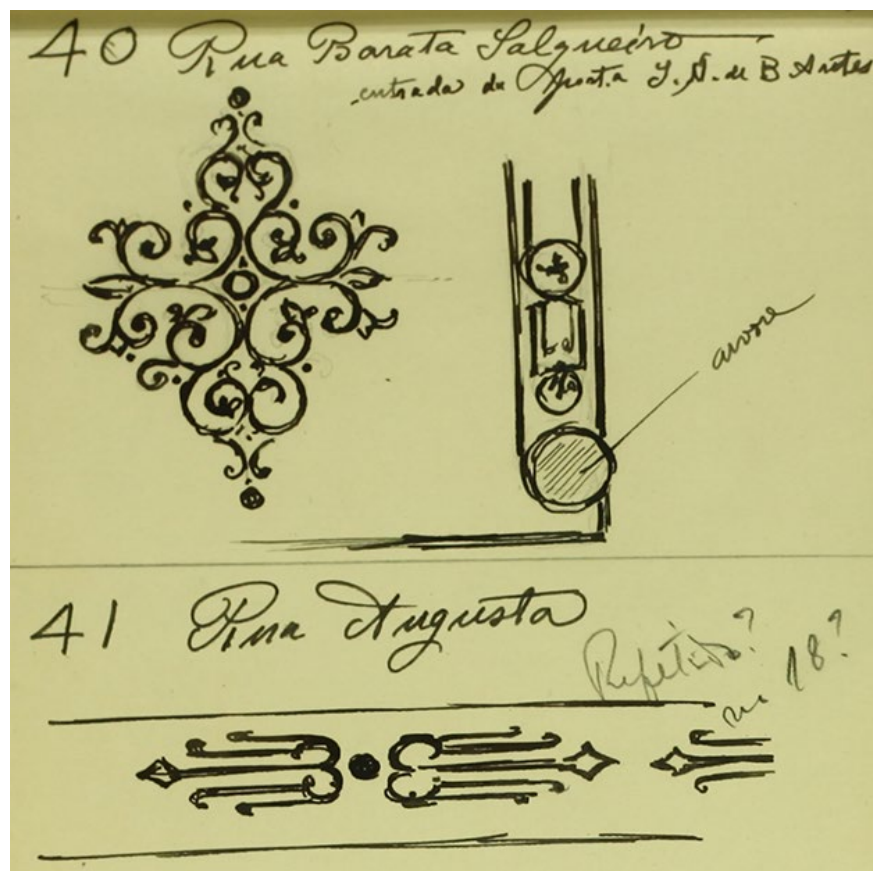


Figura 32 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas Barata Salgueiro e Augusta, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

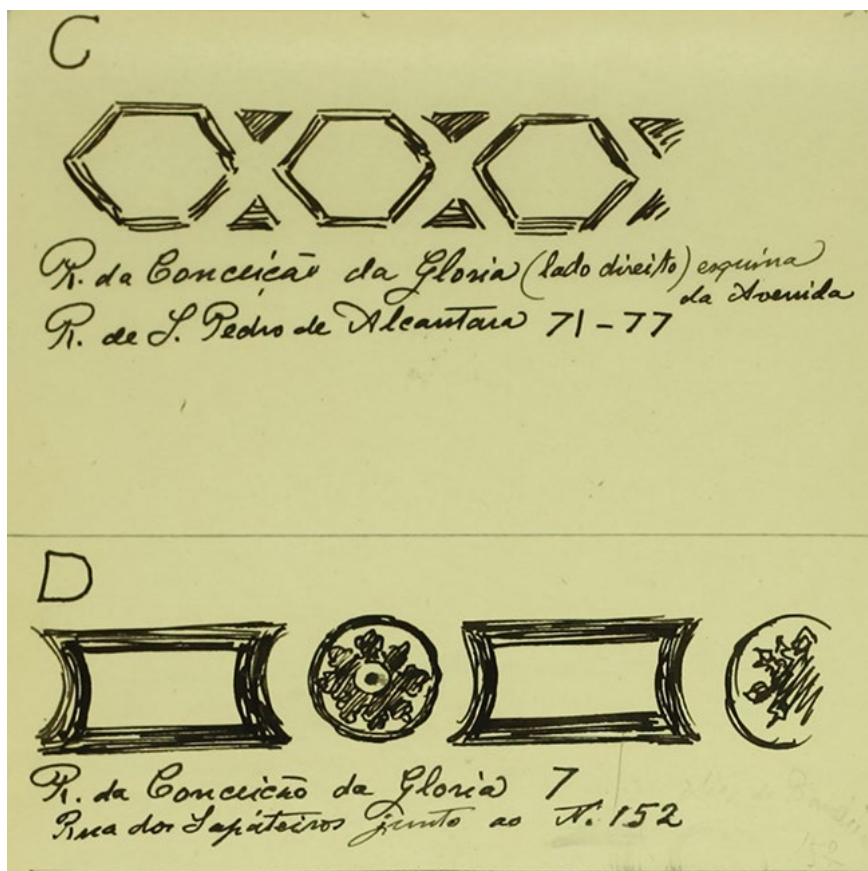


Figura 33 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas da Conceição da Glória, de São Pedro de Alcântara, e dos Sapateiros, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

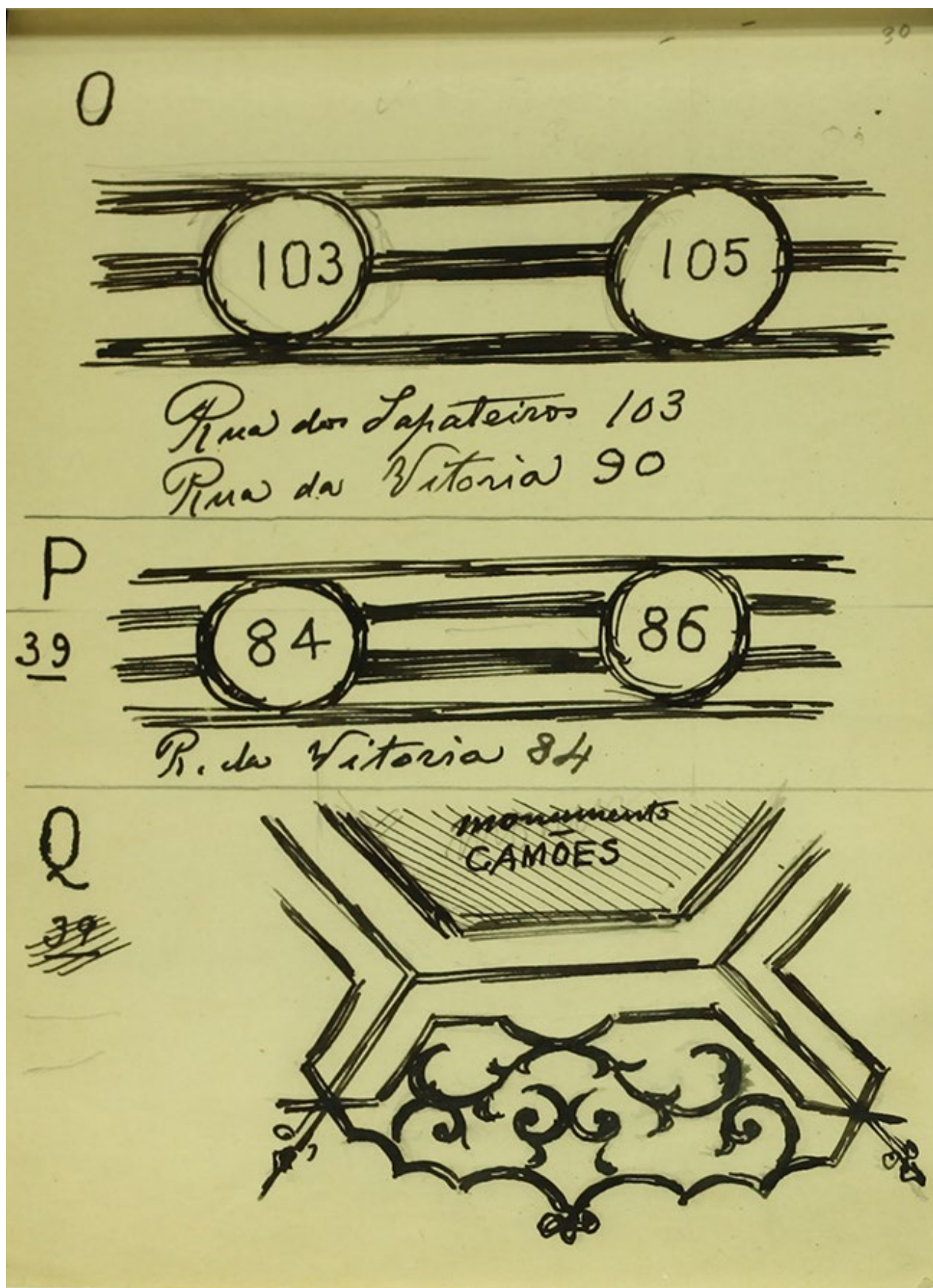


Figura 34 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas dos Sapateiros e da Vitória, e na placa do monumento a Luís de Camões, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

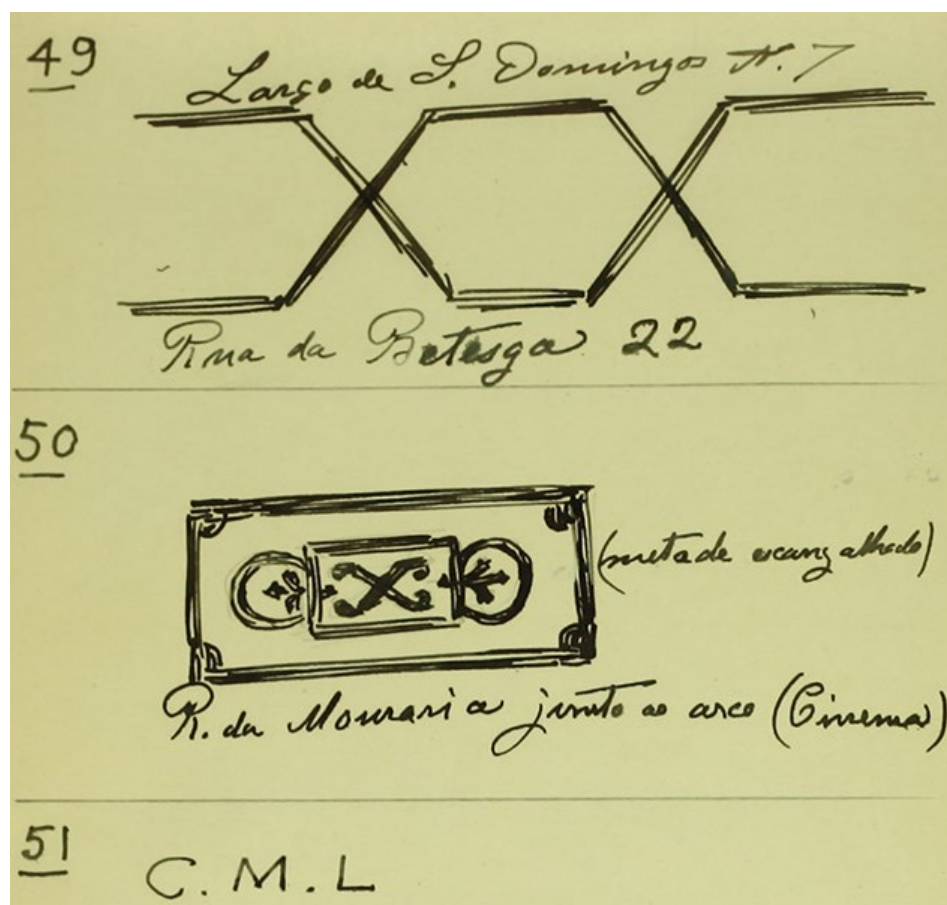


Figura 35 Desenhos de calçada recolhidos no largo de São Domingos, e ruas da Betesga e da Mouraria, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

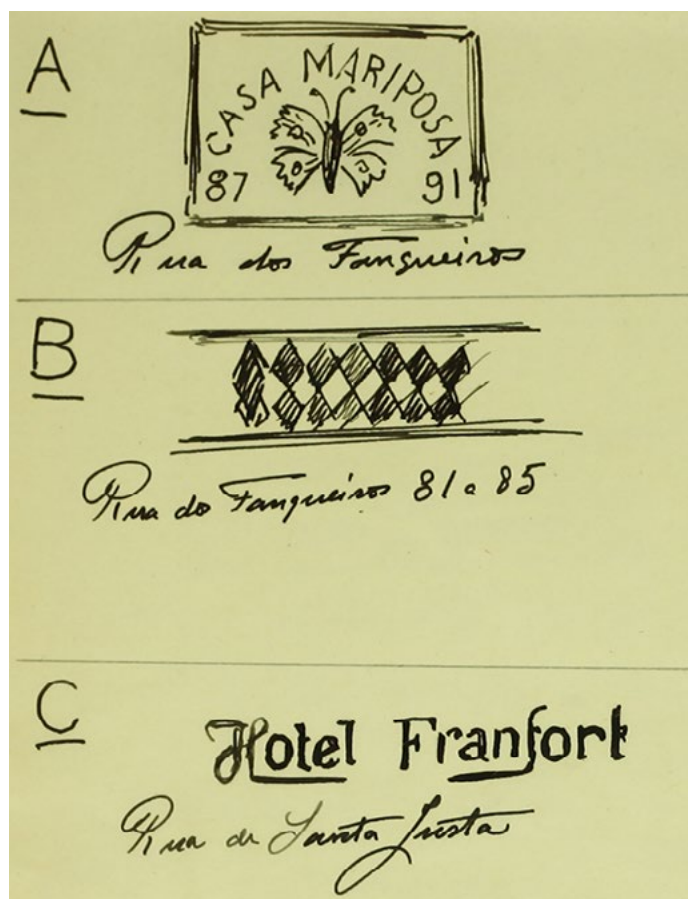


Figura 36 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas dos Fanqueiros e de Santa Justa, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

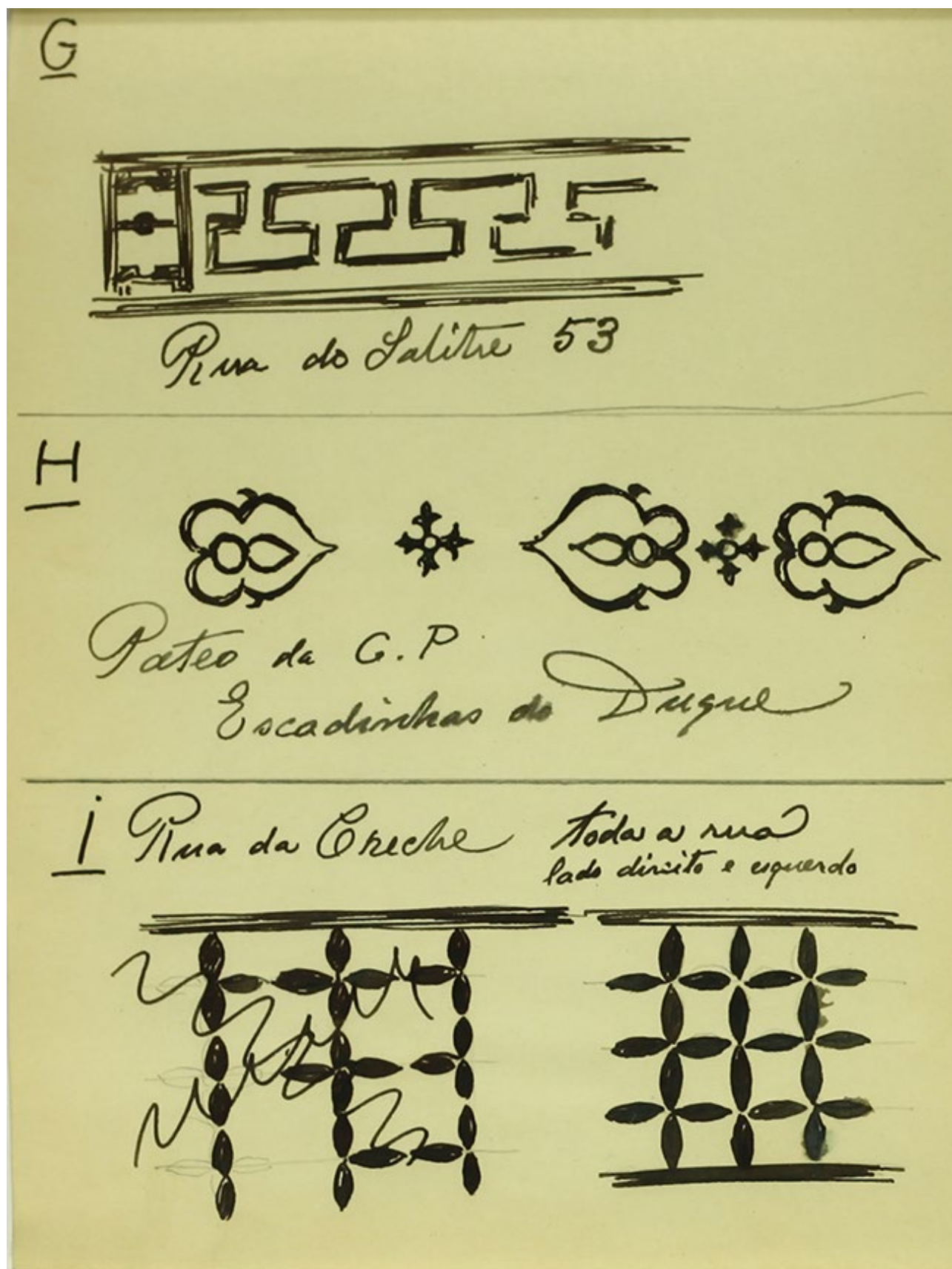


Figura 37 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas do Salitre, da Creche, e nas Escadinhas do Duque, atribuídos a Eduardo Bairrada, [1954-1987].

DESENHOS COMERCIAIS OU INFORMATIVOS



Figura 38 Desenho do empedrado da vacaria Estrella d'Ouro, situada na rua da Graça n.º 22 a 26, s.d.

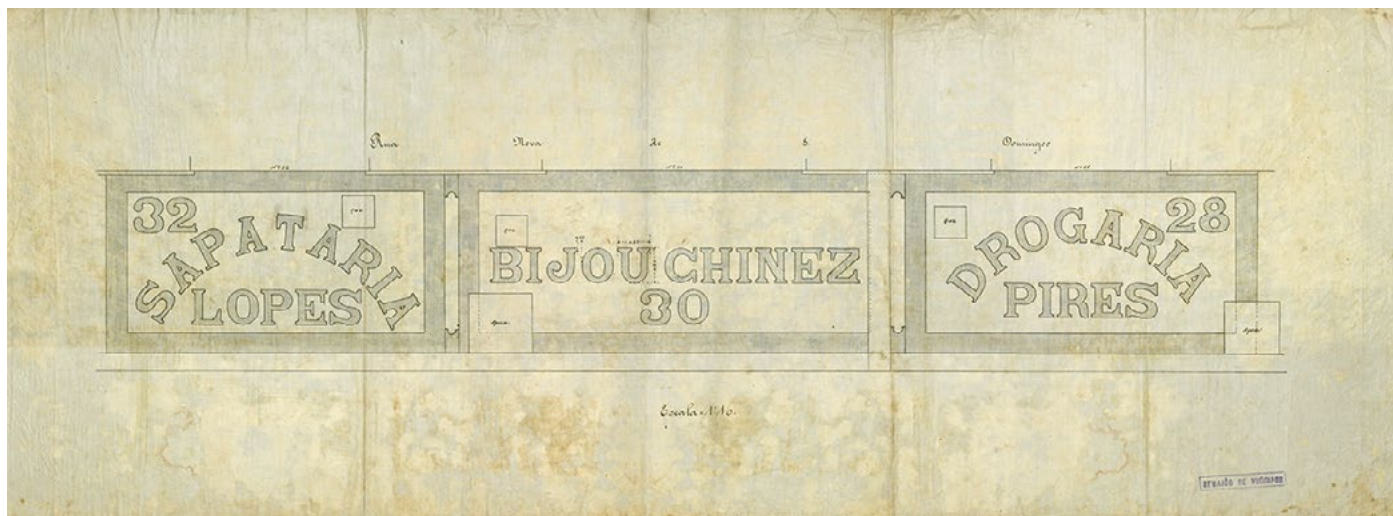


Figura 39 Desenho de empedrados situados na rua Nova de São Domingos n.ºs 28 a 32, para as lojas "Sapataria Lopes", "Bijou Chinez" e "Drogaria Pires", s.d.

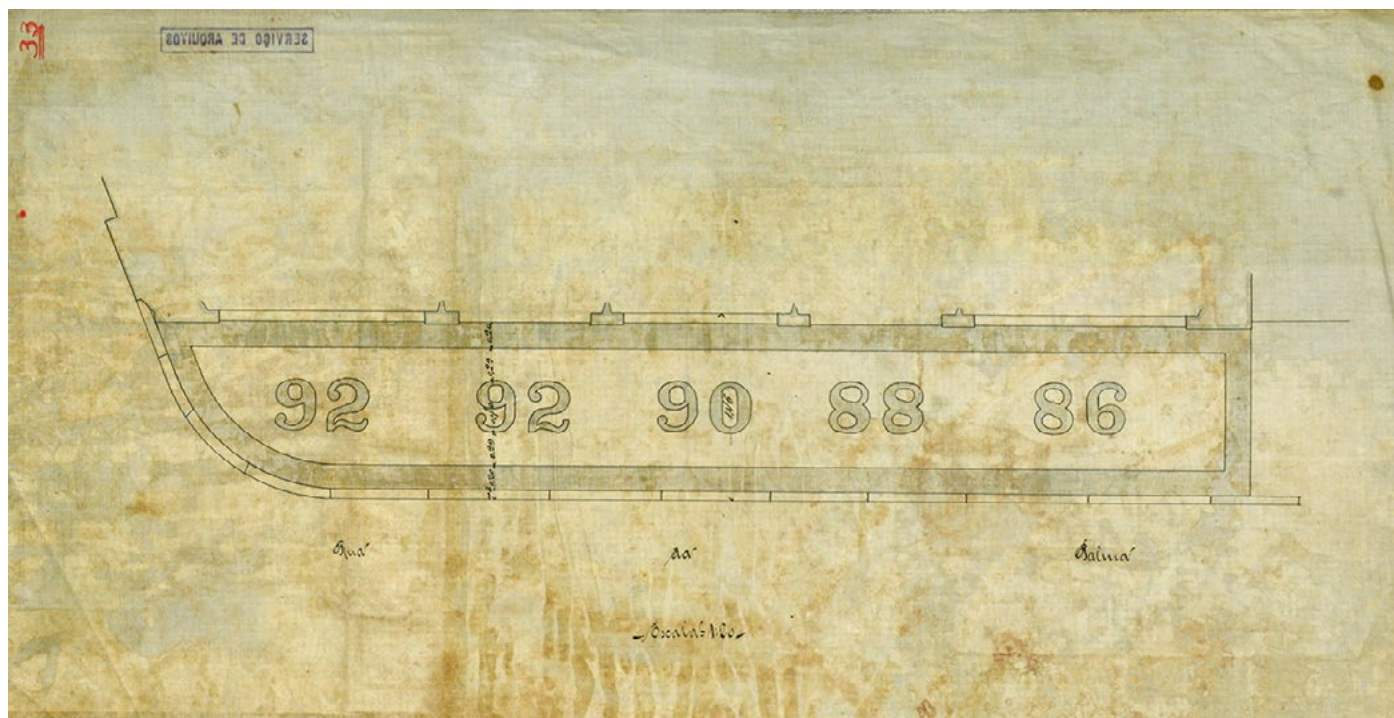


Figura 40 Desenho do empedrado para o passeio na rua da Palma, frente aos n.ºs 86, 88, 90 e 92, s.d.



Figura 41 Desenho do empedrado para o passeio frente ao restaurante Tavares Rico na rua da Misericórdia, s.d.



Figura 42 Desenho do empedrado para o passeio em frente do estabelecimento "Estrella de Ouro", situado na rua Bela da Rainha n.º 285 a 291, atual rua da Prata, s.d.



Figura 43 Desenho do empedrado situado entre o largo de D. Estefânia n.º 9 e a rua de D. Estefânia n.º 143, s.d.

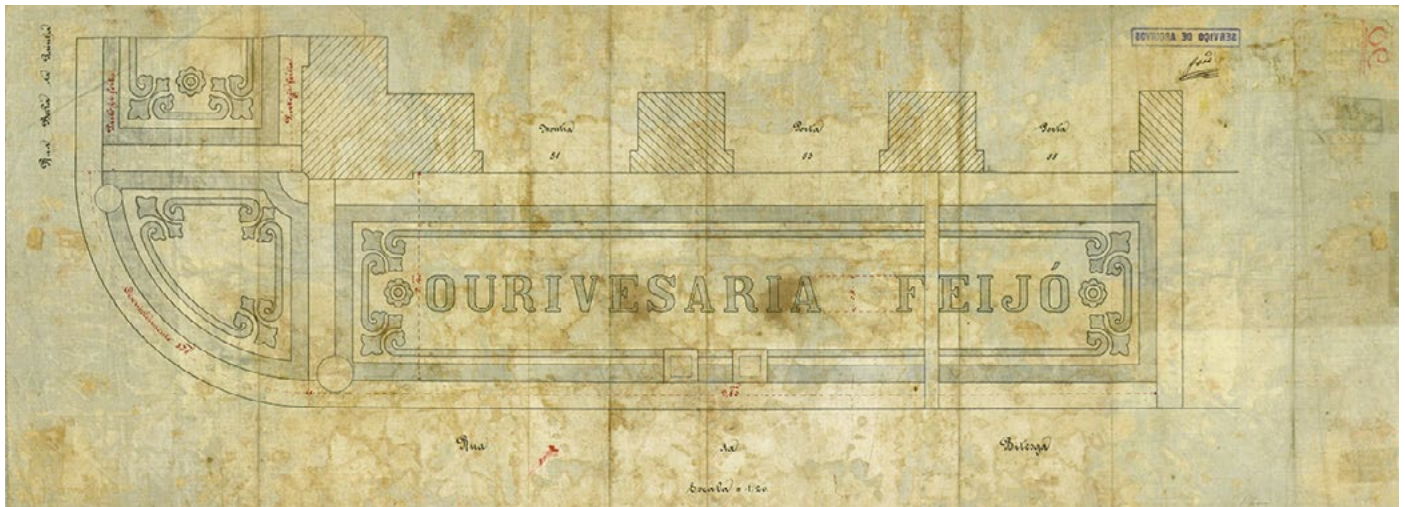


Figura 44 Desenho do empedrado em mosaico para a ourivesaria Feijó, situada na rua da Betesga n.º 51 a 55, tornejando com a rua Bela da Rainha, atual rua da Prata, s.d.



Figura 45 Desenho do empedrado para o letreiro da "Nova Companhia de carruagens Fidelidade", na rua de São Bento, 1893-12-12.

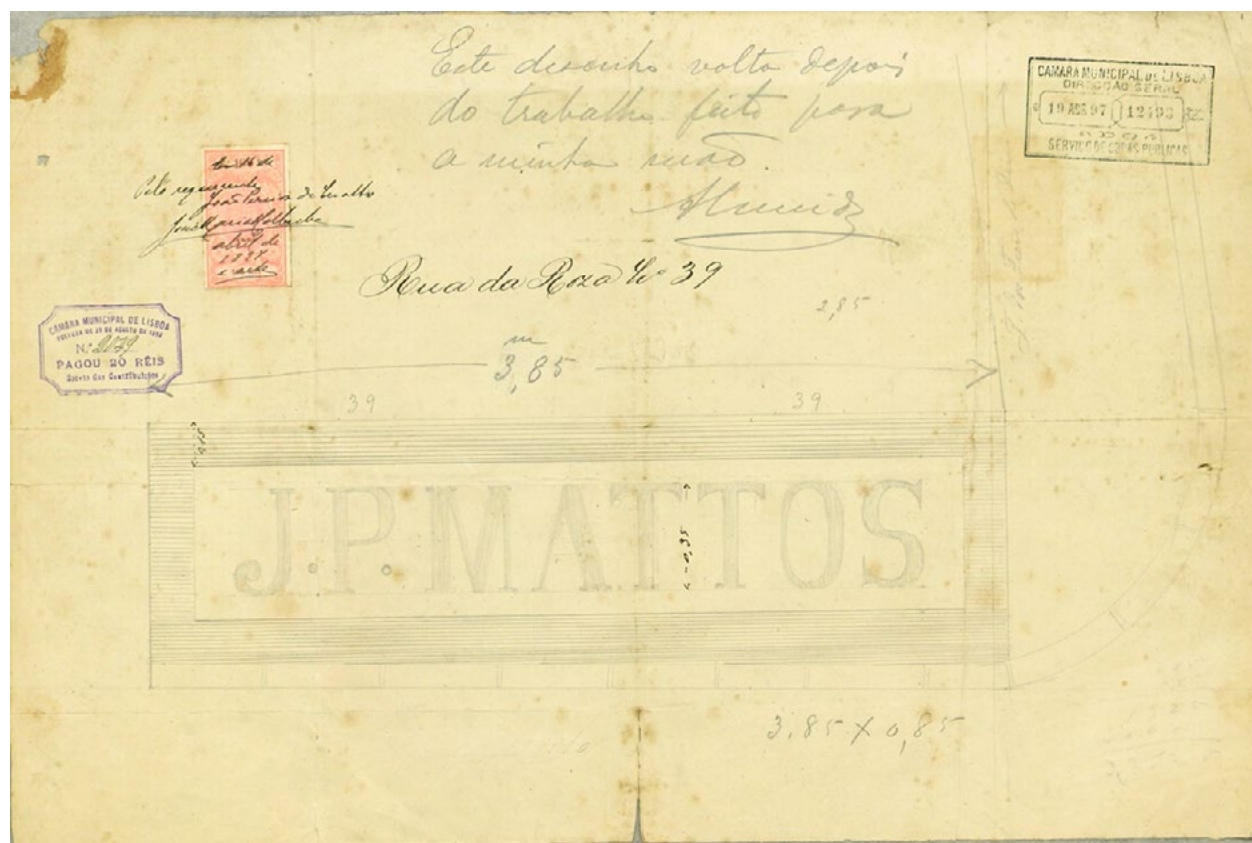


Figura 46 Desenho de um empedrado em mosaico para a rua da Rosa n.º 39 frente à loja J. P. Mattos, 1897-04-19.

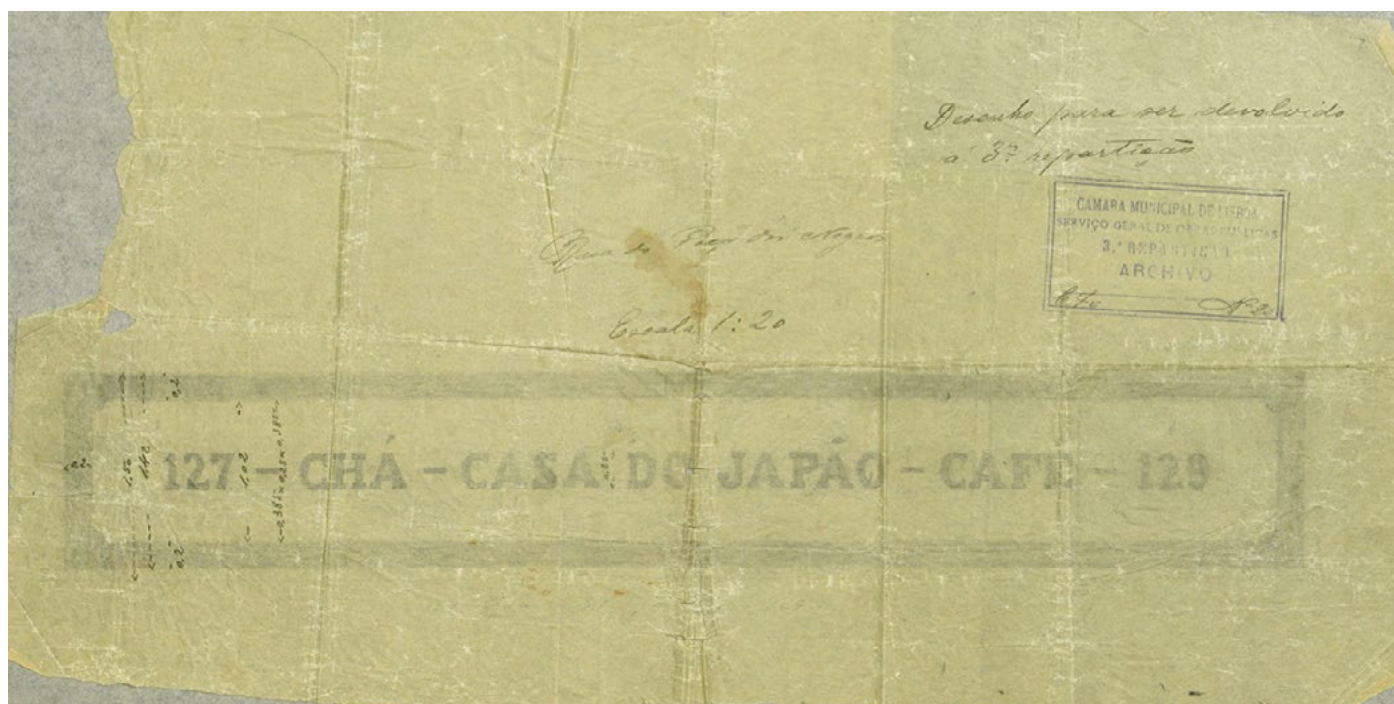


Figura 47 Desenho do passeio empedrado em frente da loja Casa do Japão, Chá e Café, situada na calçada do Poço dos Negros, n.º 127 a 129B, 1898-01-02.



Figura 48 Desenho do passeio a fazer em frente das portas n.ºs 20, 22 e 24 situadas na travessa de São Domingos, atual rua Barros Queirós, 1900-02-06.



Figura 49 Desenho do empedrado para o passeio em frente da loja do cambista Testa, situada na rua do Arsenal n.º 78, [19--].

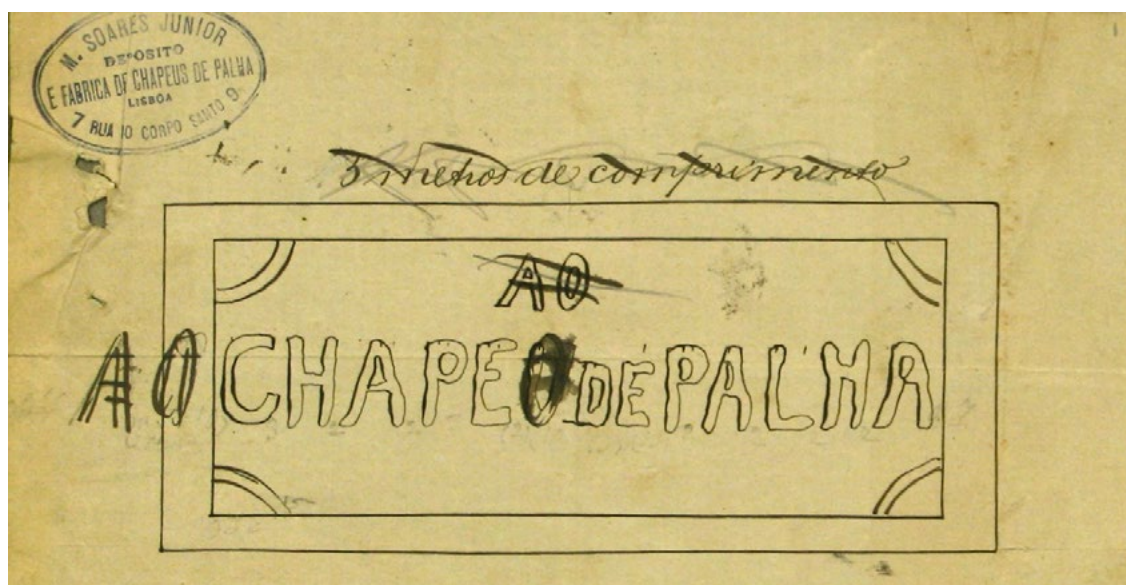


Figura 50 Esboço para o empedrado "Ao Chapeo da Palha", depósito e fábrica de chapéus de palha, situado na rua do Corpo Santo n.ºs 7 e 9, [19--].

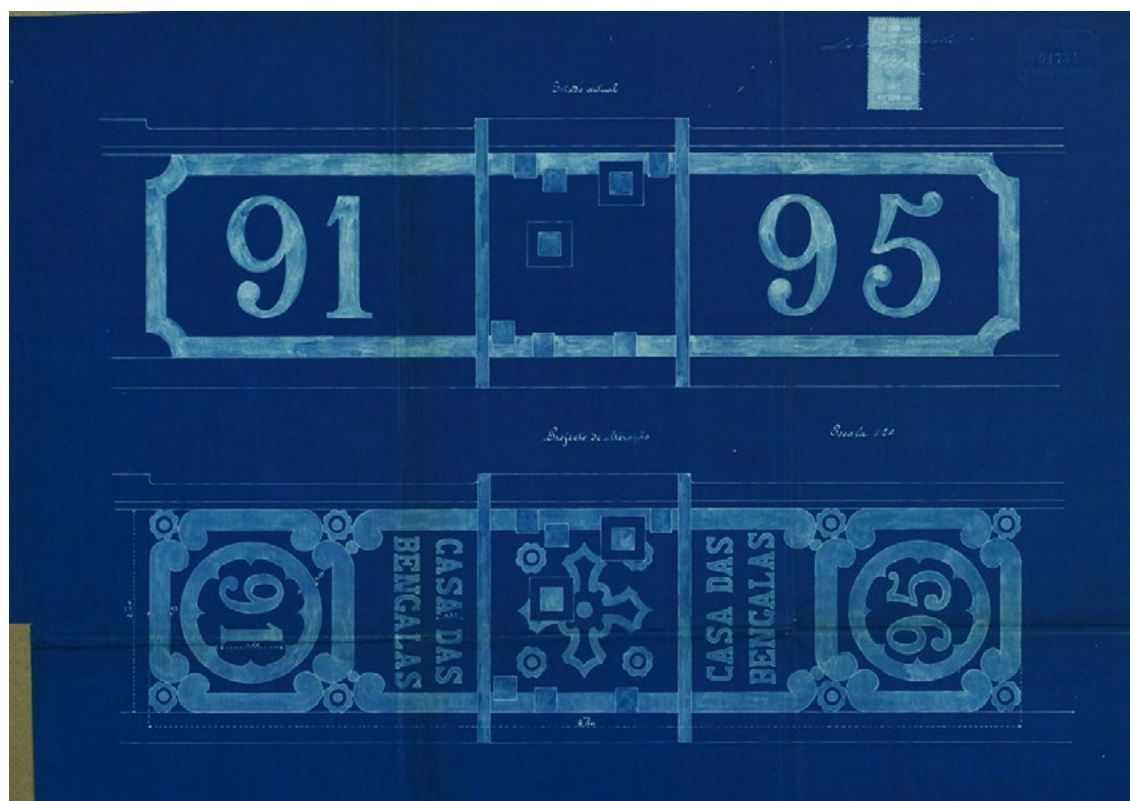


Figura 51 Desenhos dos empedrados para a Casa das Bengalas, situado na antiga rua Bela da Rainha n.ºs 91 a 95, atual rua da Prata, [19--].



Figura 52 Desenhos dos empedrados para a Casa das Bengalas, situado na antiga rua Bela da Rainha n.º 91 a 95, actual rua da Prata, [19--].

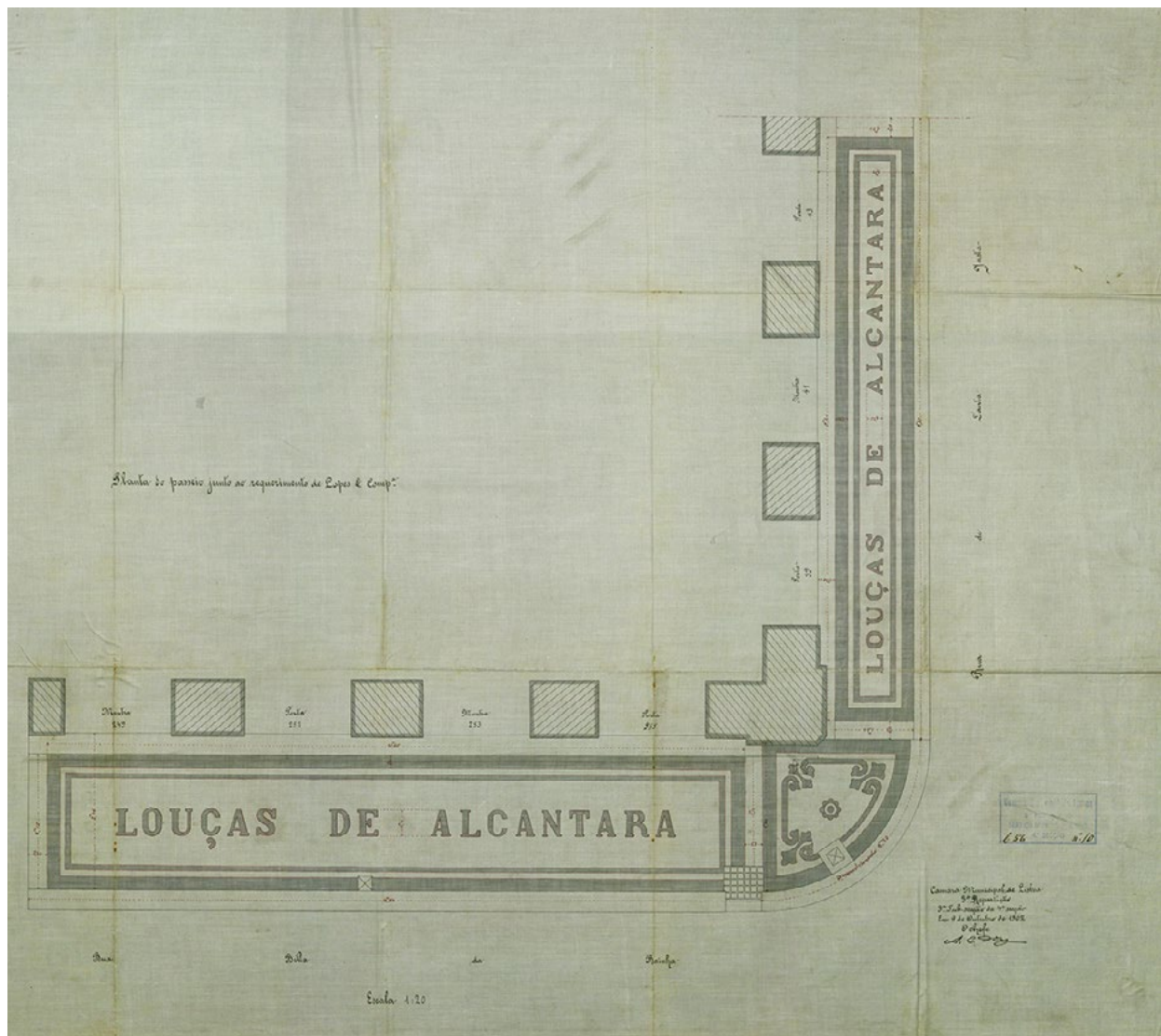


Figura 53 Desenho do empedrado para o passeio em frente do estabelecimento Louças de Alcântara, situado na rua Bela da Rainha n.º 249 a 255, actual rua da Prata e rua de Santa Justa n.º 39 a 43, 1902-10-09.

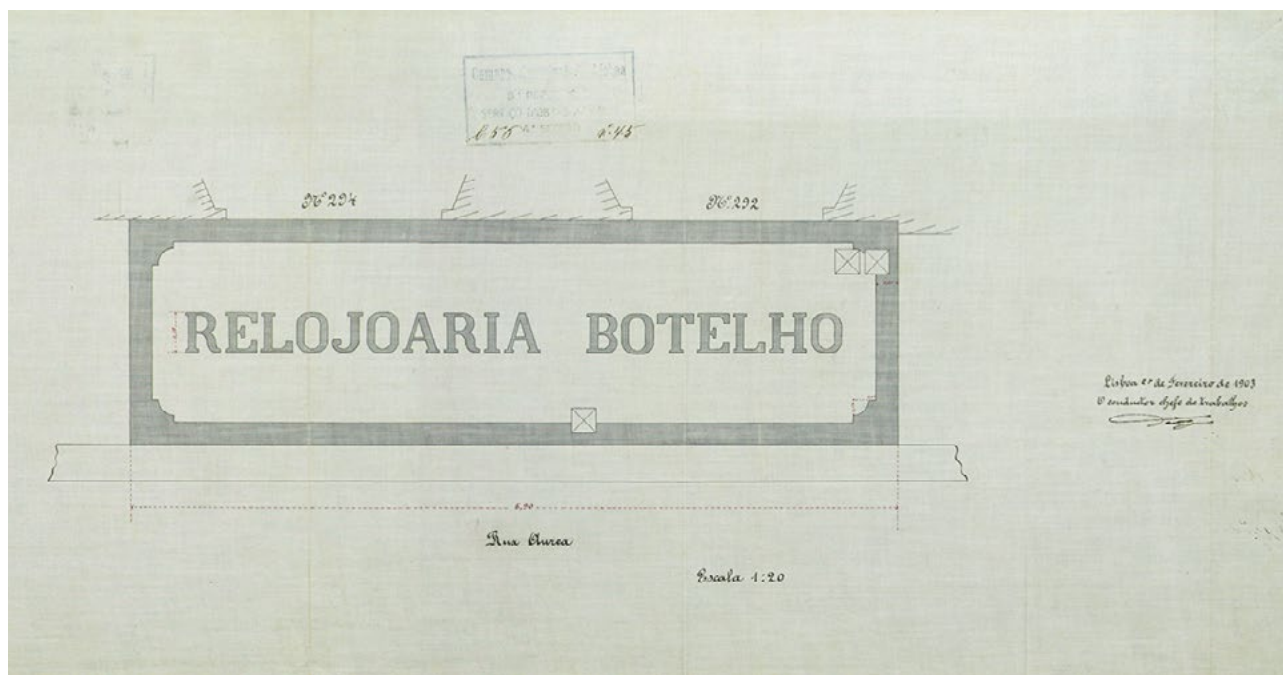


Figura 54 Desenho do empedrado para o passeio em frente da Relojoaria Botelho, situada na rua Áurea n.ºs 292 e 294, atual rua do Ouro, 1903-02-27.



Figura 55 Desenho do empedrado para a rua do Arsenal n.ºs 86, 88 e 90 e do empedrado Broomfields English Bakery, situada no largo de São Julião n.ºs 8 e 9, 1907-06-18.



Figura 56 Desenho para o empedrado no passeio em frente da loja Pastelaria Foz, leitaria e restaurante, na praça dos Restauradores, 1916-12-20.

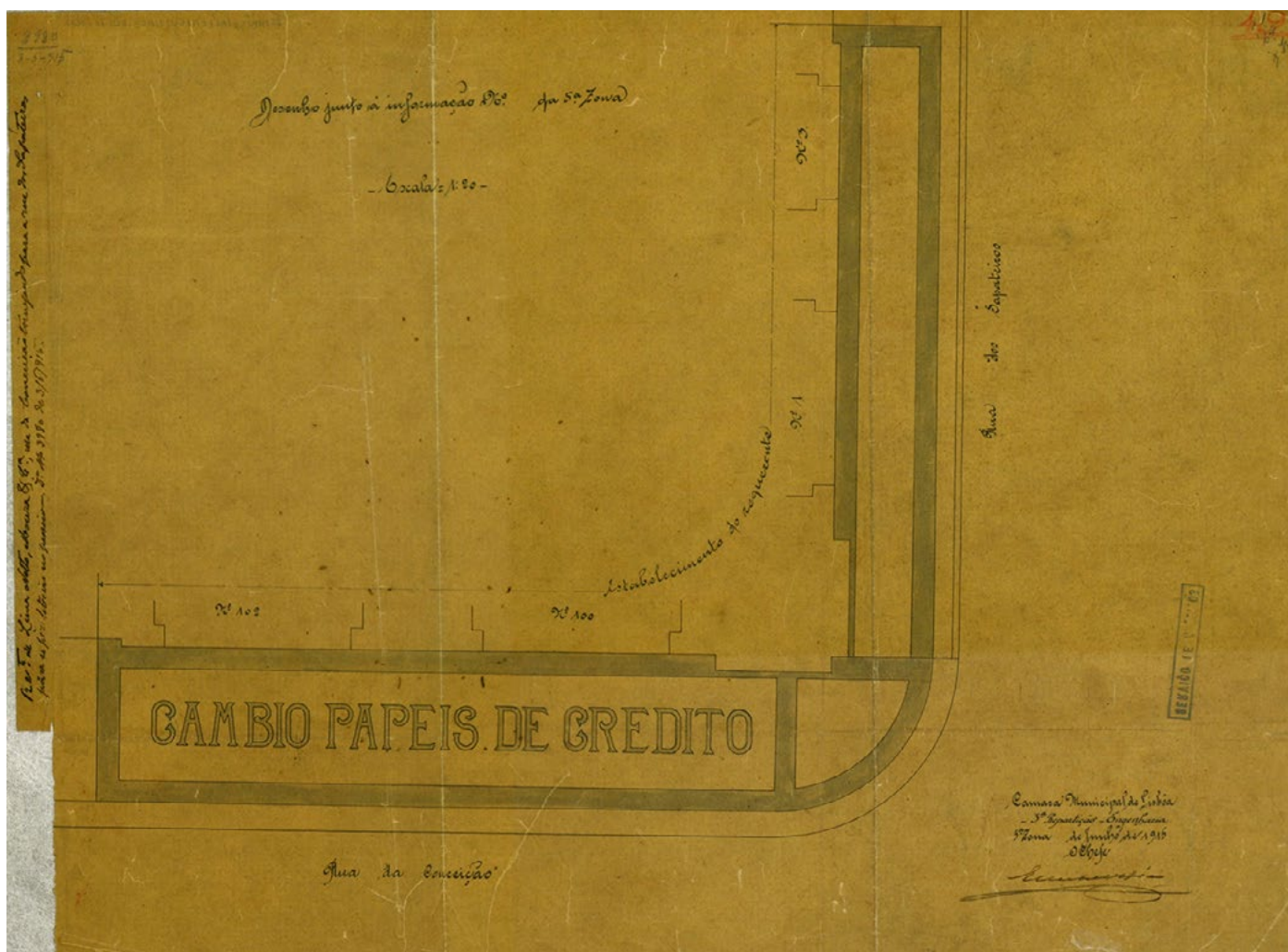


Figura 57 Desenho do empedrado para o estabelecimento Cambio Papeis de Credito, situado na rua Conceição n.º 100 a 102, tornejando com a rua dos Sapateiros n.ºs 1 a 3, 1915-06.

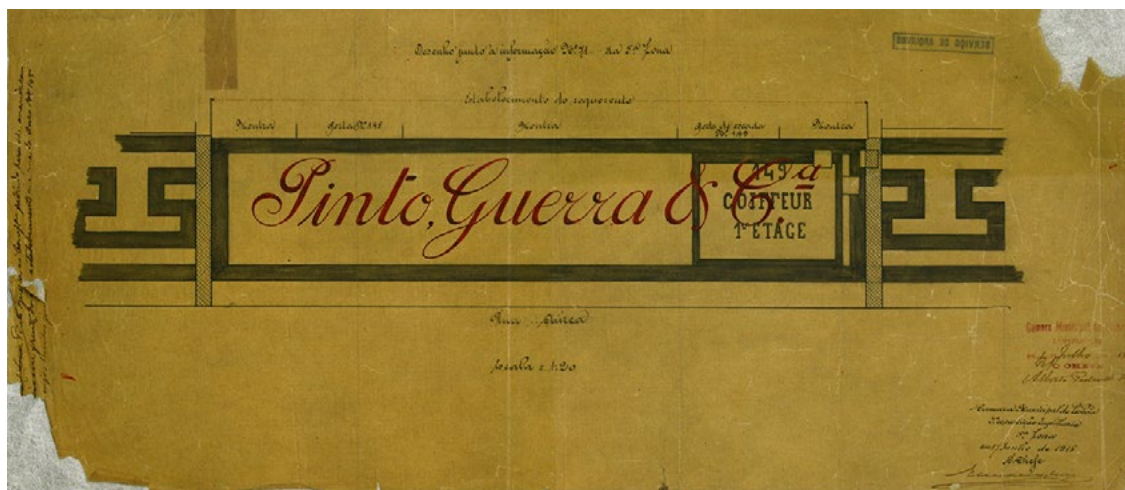


Figura 58 Desenho do empedrado para a frente do estabelecimento Pinto Guerra e Companhia, situado na rua Aurea n.º 145 e 149, atual rua do Ouro, 1915-06-17.



Figura 59 Desenho do empedrado em frente da loja Chapéus Petit Paris, situada na rua do Carmo n.º 33, 1918-12-31.



Figura 60 Desenho do empedrado para o passeio frente à loja Casa Mariposa, situada na rua dos Fanqueiros n.º 89, 1921-11-25.

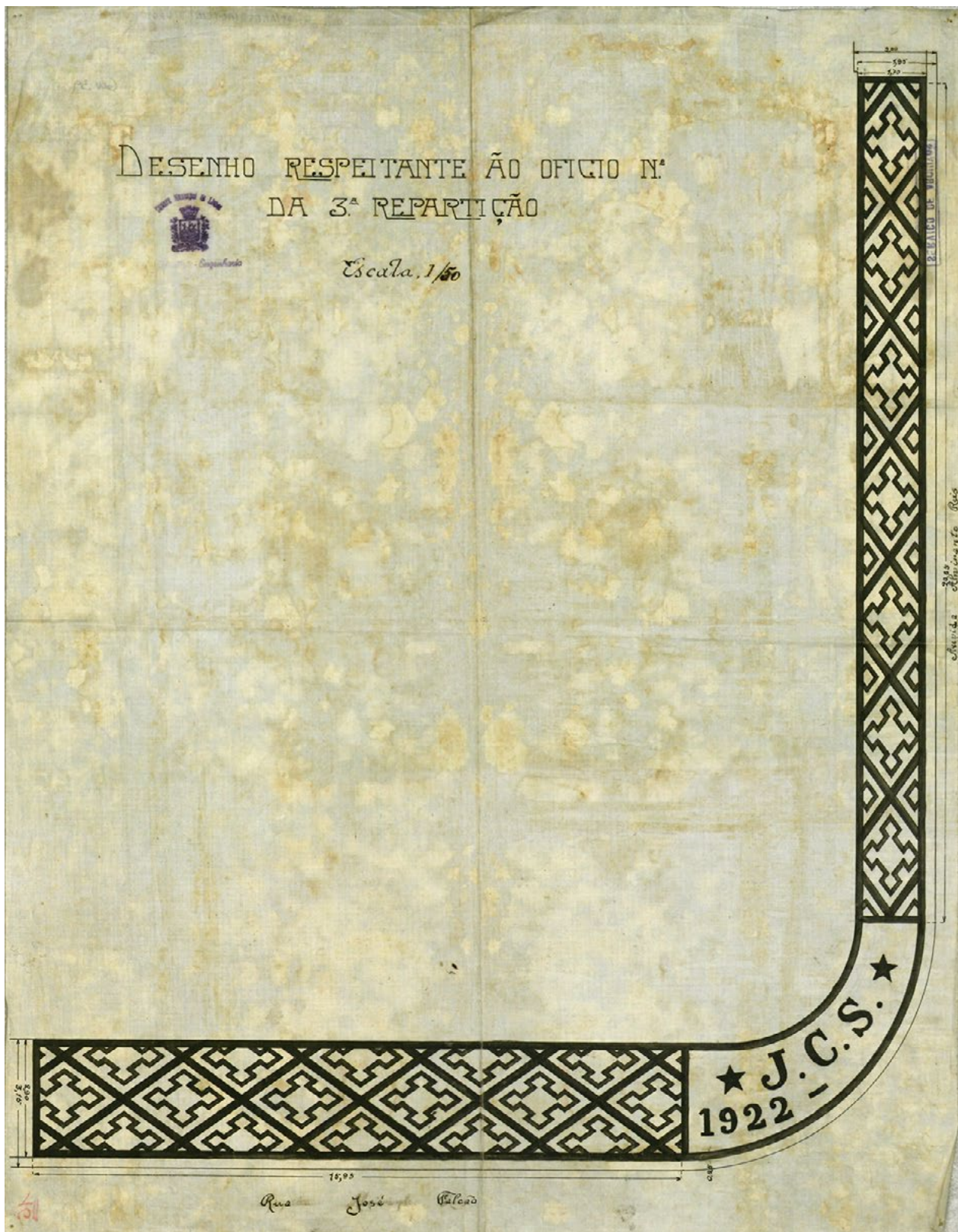


Figura 61 Desenho para um empedrado em mosaico com a designação “JCS - 1922”, situado na rua José Falcão tornejando com a avenida Almirante Reis, 1922.



Figura 62 Projeto do empedrado para o passeio do estabelecimento “Casa Infantil de Alcântara”, situado na rua de Alcântara n.º 21, 1924-11-17.



Figura 63 Desenho de empedrado para uma barbearia situada na rua Primeiro de Dezembro n.º 9, 1927-06-16.

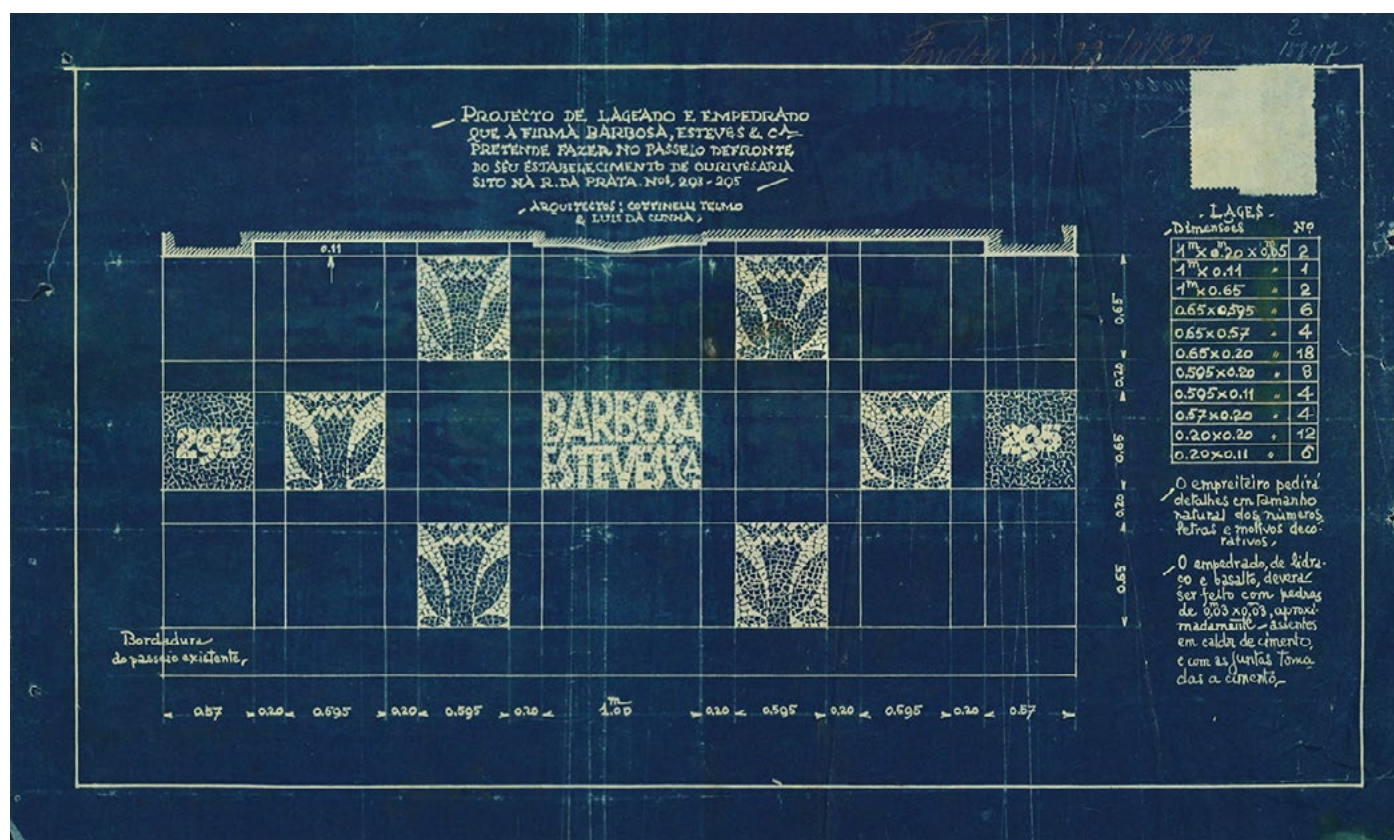


Figura 64 Projeto de lageado e empedrado para o passeio frente à ourivesaria Barbosa, Esteves e Companhia, situada na rua da Prata n.ºs 293-295. 1928-08-22.

ÍNDICE DAS IMAGENS

Figura 1 Desenho do empedrado para o passeio entre a avenida Visconde de Valmor e rua Ressano Garcia com a legenda “Homenagem da cidade”, tela, escala 1:50, 700 x 970 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/676. Atualmente inexistente.

Figura 2 Desenhos de empedrados para os passeios das ruas de Lisboa, com a indicação das medidas, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/659, página 1.

Figura 3 Desenhos de empedrados para os passeios das ruas de Lisboa, com a indicação das medidas, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/659, página 2.

Figura 4 Desenho do empedrado situado no largo do Município junto ao Pelourinho, papel, escala 1:20, 570 x 288 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/705. Atualmente inexistente.

Figura 5 Desenho de empedrado em mosaico, tela, 604 x 675 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/693.

Figura 6 Desenho de empedrado em mosaico “Projectado n.º 6”, tela, escala 1:20, 680 x 573 mm, s.d.. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/695.

Figura 7 Desenho de empedrado para mosaico com a indicação 1884, situado na rua de Arroios, localização desconhecida, papel, escala 1:004, 550 x 285 mm, [1884]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/723. Atualmente inexistente.

Figura 8 Desenho dos tipos 1 a 3 do empedrado em mosaico para os passeios na rua Garrett, elaborado pela Repartição Técnica da CML, Augusto César dos Santos, vegetal, escala 1:20, 1400 x 310 mm, 1887-03-28. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/647.

Figura 9 Desenho do mosaico para os passeios da rua Augusta elaborado pela Repartição Técnica da CML, tela, escala 1:100, 600 x 300 mm, 1887-07-18. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/713. Atualmente inexistente.

Figura 10 Desenho do empedrado para o passeio em frente dos n.ºs 16 a 16B, na rua do Jardim à Estrela, mencionando as datas de 1783 e 1896, vegetal, 700 x 285 mm, [1896]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/680. Parcialmente existente e alterado nas datas.

Figura 11 Projeto para passeios empedrados em mosaico, tipo novo 2 no largo do Chiado, entre a antiga rua do Tesouro Velho, rua Garrett, Igreja de Nossa Senhora da Encarnação e rua do Alecrim, tela, escala 1:50, 1010 x 305 mm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/669.

Figura 12 Desenhos de empedrados para a rua de São Sebastião da Pedreira, rua dos Remédios a Alfama, e praça Rio de Janeiro, tela, escala 1:20, 590 x 380 mm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/730. Atualmente inexistentes.

Figura 13 Desenho do mosaico do passeio situado na antiga rua Nova d’El Rei, atual rua do Comércio, torneando para a rua Augusta, elaborado pela 4.ª Secção da 3.ª Repartição da Câmara Municipal de Lisboa, marion, escala 1:20, 1140 x 290 mm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/658. Existente.

Figura 14 Desenho de empedrado para a frente de uma empresa de automóveis situada na rua Alexandre Herculano, tela, escala 1:50, 900 x 300 mm, 1907-05-03. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/725. Atualmente inexistente.

Figura 15 Desenho de mosaico que se propôs para construir na placa central da praça Duque de Saldanha em volta do monumento, papel, escala 1:100, 610 x 603 mm, 1909. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/697. Atualmente inexistente.

Figura 16 Desenhos de empedrados em mosaico que Francisco Manuel da Costa Pereira submeteu a aprovação da Câmara Municipal mediante requerimento, para fazer no passeio em frente da sua propriedade e loja no n.º 35, situado na praça Rio de Janeiro, atual praça do Príncipe Real, 1918-11-26. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/681, página 1. Atualmente inexistente.

Figura 17 Desenho do empedrado para o passeio das praças D. Pedro IV e dos Restauradores, vegetal, escala 1:20, 318 x 150 mm, 1927. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/677. Atualmente inexistente.

Figura 18 Desenho do empedrado em mosaico existente no largo do Município, papel, escala 1:25, 750 x 450 mm, [1930]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/706. Atualmente inexistente.

Figura 19 Conjunto de desenhos e esboços executados por técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, para o calcetamento artístico da praça Marquês de Pombal, incluindo pormenores, detalhes e medidas para as diversas secções, papel, 8 f., 1947-05. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/675, página 1.

Figura 20 (idem). AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/675, página 3.

Figura 21 (idem). AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/675, página 4.

Figura 22 (idem). AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/675, página 6.

Figura 23 Desenhos de calçada ornamental recolhidos nas ruas de S. Pedro de Alcântara, das Flores, de Belém e da placa frente à Igreja de Santos, de um bloco de apontamentos atribuído ao arquiteto Eduardo Martins Bairrada, com desenhos de empedrados, respetiva localização e número de polícia, em várias zonas de Lisboa, papel, 92 f., 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 4.

Figura 24 Desenhos de calçada recolhidos no largo da Boa Hora e ruas Nova do Almada, da Emenda, da Horta Seca, das Chagas e António Maria Cardoso, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 8.

Figura 25 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas da Horta Seca, Vítor Cordon, António Maria Cardoso, da Alegria, praça Luís de Camões, e largo da Biblioteca Pública, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 10.

Figura 26 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas Garrett, José Falcão, e largo do Chiado, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 11.

Figura 27 Desenhos de calçada recolhidos na praça Luís de Camões e calçada do Combro, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 13.

Figura 28 Desenhos de calçada recolhidos no largo de São Mamede, praça do Rio de Janeiro, e rua da Escola Politécnica, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 14.

Figura 29 Desenhos de calçada recolhidos na calçada da Patriarcal, praça do Rio de Janeiro, no monumento a França Borges, e ruas D. Pedro V e da Emenda, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 15.

Figura 30 Desenhos de calçada recolhidos na rua e jardim de São Pedro de Alcântara, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 16.

Figura 31 Desenhos de calçada recolhidos nas praças do Duque de Terceira e do Rio de Janeiro, calçada da Patriarcal, e ruas do Alecrim, da Emenda, e da Junqueira, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 18.

Figura 32 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas Barata Salgueiro e Augusta, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 20.

Figura 33 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas da Conceição da Glória, de São Pedro de Alcântara, e dos Sapateiros, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 24.

Figura 34 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas dos Sapateiros e da Vitória, e na placa do monumento a Luís de Camões, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 30.

Figura 35 Desenhos de calçada recolhidos no largo de São Domingos, e ruas da Betesga e da Mouraria, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 35.

Figura 36 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas dos Fanqueiros e de Santa Justa, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 39.

Figura 37 Desenhos de calçada recolhidos nas ruas do Salitre, da Creche, e nas Escadinhas do Duque, atribuídos a Eduardo Bairrada, papel, 200 x 128 mm, [1954-1987]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/651, página 41.

Figura 38 Desenho do empedrado da vacaria Estrela d'Ouro, situada na rua da Graça n.º 22 a 26, pertencente a Agapito Serra Fernandes, tela, escala 1:20, 606 x 270 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/716.

Figura 39 Desenho de empedrados situados na rua Nova de São Domingos n.º 28 a 32, para as lojas "Sapataria Lopes", "Bijou Chinez" e "Drogaria Pires", tela, escala 1:10, 1023 x 372 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/736.

Figura 40 Desenho do empedrado para o passeio na rua da Palma, frente aos n.ºs 86, 88, 90 e 92, tela, escala 1:20, 570 x 295 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/719.

Figura 41 Desenho do empedrado para o passeio frente ao restaurante Tavares Rico na rua da Misericórdia, n.º 37, tela, escala 1:10, 1004 x 385 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/731.

Figura 42 Desenho do empedrado para o passeio em frente do estabelecimento “Estrella de Ouro”, situado na rua Bela da Rainha n.º 285 a 291, atual rua da Prata, papel, escala 1:20, 810 x 410 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/688.

Figura 43 Desenho junto ao processo n.º 10391, do empedrado com o letreiro “Pharmacia”, situado entre o largo de D. Estefânia n.º 9 e a rua de D. Estefânia n.º 143, tela, escala 1:20, 880 x 470 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/702.

Figura 44 Desenho do empedrado em mosaico para a ourivesaria Feijó, situada na rua da Betesga n.º 51 a 55, tornejando com a rua Bela da Rainha, atual rua da Prata, com a indicação do desenvolvimento e das partes já realizadas, tela, escala 1:20, 790 x 290 mm, s.d. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/704.

Figura 45 Desenho do empedrado para o letreiro da “Nova Companhia de carruagens Fidelidade”, a ser feito no passeio em frente da porta n.º 46 da rua de São Bento, marion, escala 1:10, 490 x 285 mm, 1893-12-12. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/684.

Figura 46 Desenho de um empedrado em mosaico para a rua da Rosa n.º 39 para a frente da loja J. P. Mattos, que tornejia para a travessa dos Fiéis de Deus, a partir de um requerimento de João Pereira de Carvalho, papel, 416 x 275 mm, 1897-04-19. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/666.

Figura 47 Desenho do letreiro em mosaico para o passeio empedrado em frente da loja Casa do Japão, Chá e Café, situada na calçada do Poço dos Negros, n.º 127 a 129B, 1898-01-02. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/665, página 2.

Figura 48 Desenho do letreiro em mosaico a fazer em frente das portas n.ºs 20, 22 e 24 situadas na travessa de São Domingos, atual rua Barros Queirós, para uma ourivesaria e relojoaria, marion, escala 1:10, 860 x 305 mm, 1900-02-06. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/679.

Figura 49 Desenho do empedrado em mosaico para o passeio em frente da loja do cambista Testa, situada na rua do Arsenal n.º 78. Contém a indicação das medidas, área do empedrado e número de letras, marion, escala 1:10, 523 x 350 mm, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/657.

Figura 50 Esboço para o empedrado “Ao Chapeo da Palha”, estabelecimento pertencente a M. Soares Júnior, depósito e fábrica de chapéus de palha, situado na rua do Corpo Santo n.ºs 7 e 9, Papel, 217 x 125 mm, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/650/03.

Figura 51 Desenhos dos empedrados para a Casa das Bengalas, requeridos por António e Ricardo da Costa, para o passeio que ficava em frente do estabelecimento, situado na antiga rua Bela da Rainha n.ºs 91 a 95, atual rua da Prata, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/686, página 1.

Figura 52 Desenhos dos empedrados para a Casa das Bengalas, situado na antiga rua Bela da Rainha n.ºs 91 a 95, atual rua da Prata, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/686, página 2.

Figura 53 Desenho do empedrado para o passeio em frente do estabelecimento Louças de Alcântara, situado na rua Bela da Rainha n.ºs 249 a 255, atual rua da Prata e rua de Santa Justa n.ºs 39 a 43, solicitado pelo requerimento da firma Lopes e Companhia, Augusto César Dias (condutor de obras), tela, escala 1:20, 1003 x 820 mm, 1902-10-09. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/687.

Figura 54 Desenho do empedrado para o passeio em frente da Relojoaria Botelho, situada na rua Áurea n.ºs 292 e 294, atual rua do Ouro, tela, escala 1:20, 625 x 303 mm, 1903-02-27. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/673.

Figura 55 Desenho do empedrado para a rua do Arsenal n.ºs 86, 88 e 90 e do empedrado Broomfields English Bakery, situada no largo de São Julião n.ºs 8 e 9, com a indicação do orçamento para as letras, material e depósito, tela, escala 1:20, 635 x 395 mm, 1907-06-18. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/718.

Figura 56 Desenho para o empedrado no passeio em frente da loja Pastelaria Foz, leitaria e restaurante, na praça dos Restauradores, com publicidade a Água da Curia e Água da Fonte de Sula, elaborados pela Repartição de Engenharia da Câmara Municipal de Lisboa, escala 1:20, 1916-12-20. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/668, página 2.

Figura 57 Desenho do empedrado para o estabelecimento Cambio Papeis de Credito, solicitado pelo requerente e proprietário da loja Lima Neto Moura, situado na rua Conceição n.ºs 100 a 102, tornejando com a rua dos Sapateiros n.ºs 1 a 3, marion, escala 1:20, 595 x 440 mm, 1915-06. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/700.

Figura 58 Desenho de Álvaro Pedro da Silva junto à informação n.º 71 da 5ª zona do estabelecimento Pinto Guerra e Companhia, cujo requerente pretende mandar fazer um empedrado para a frente da sua loja com a designação Coiffeur 1er. etage, situada na rua Aurea n.ºs 145 e 149, atual rua do Ouro, tela, escala 1:20, 700 x 305 mm, 1915-06-17. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/722.

Figura 59 Desenho do empedrado em frente da loja Chapéus Petit Paris, situada na rua do Carmo n.º 33, conforme requerimento de Henriqueta Moreira e Companhia, escala: 1:10, 1918-12-31. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/671, página 1.

Figura 60 Desenho do empedrado para o passeio, frente à loja Casa Mariposa situada na rua dos Fanqueiros n.º 89, escala 1:20, 1921-11-25. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/655, página 1.

Figura 61 Desenho para um empedrado em mosaico com a designação “JCS - 1922”, respeitante a um escritório da 3ª Repartição de Engenharia, situado na rua José Falcão tornejando com a avenida Almirante Reis, tela, escala 1:50, 600 x 466 mm, 1922. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/703. Parcialmente existente.

Figura 62 Projeto do empedrado a mosaico com letreiro que Mário Mengo pretende que a Câmara Municipal de Lisboa mande executar no passeio do seu estabelecimento “Casa Infantil de Alcântara”, situado na rua de Alcântara n.º 21, com a indicação das medidas da montra, portal e faixa, marion, escala 1:10, 850 x 292 mm, 1924-11-17. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/652, página 1.

Figura 63 Desenho de empedrado para uma barbearia situada na rua Primeiro de Dezembro n.º 9, escala 1:10, 1927-06-16. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/654, página 2.

Figura 64 Projeto de lageado e empedrado que a firma Barbosa, Esteves e Companhia pretende fazer no passeio em frente da sua ourivesaria, situada na rua da Prata n.º 293-295. Inclui as dimensões das lajes e das pedras a serem utilizadas no empedrado, Cottinelli Telmo e Luís da Cunha, marion, 435 x 263 mm, 1928-08-22. AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/733.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS

Empedrados e mosaicos. *Arte Portuguesa, Revista ilustrada de arqueologia e arte moderna*. A. I N.º 2 (1895), p. 42.

Os passeios de Lisboa. *Revista Municipal*. Ano I N.º 2 (1939), p. 79-86.

ESTUDOS

ABREU, José Guilherme (2005) – Arte pública e lugares de memória. *Ciências e Técnicas do Património. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. I Série V. IV, p. 215-234.

BAIRRADA, Eduardo Martins (1985) – *Empedrados artísticos de Lisboa: a arte da calçada-mosaico*. Lisboa: E. M. Bairrada.

CABRERA, Ana; NUNES, Marília (1998) – *Olhar o chão*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CASTELA, Isabel; DORNELLAS, Luísa, coord. (2006) – *Técnicas de calçada: manual do formando*. Lisboa: Câmara Municipal.

CASTILHO, Júlio de (1937) – *Lisboa antiga: bairros orientais*. Lisboa: Câmara Municipal. vol. X.

COUPLAND, Andy, ed. (1996) – *Reclaiming the city: mixed use development*. London: Routledge.

FERNANDES, Lídia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, coord. (2017) – *Debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa.

FERREIRA, José Miguel (2007) – *Pavimentos em espaços públicos urbanos: contribuição para a análise e concepção de soluções*. Lisboa: [s.n.]. Dissertação de mestrado, Instituto Superior Técnico.

GATO, Maria Assunção (2010) – *Pode o espaço ser agente de poder e de identidade(s)?*. Lisboa: CIES. CIES e-working paper nº 96.

HENRIQUES, António M. E.; MOURA, António A. C.; SANTOS, Francisco A. (2009) – *Manual da calçada portuguesa*. Lisboa: Direcção Geral de Energia e Geologia.

LOUSADA, Maria Alexandre (2017) – Uma cidade em mudança: população e sociabilidades em Lisboa, finais do século XVIII - início do século XX. In FERNANDES, Lídia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, coord. – *Debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa. p. 40-47.

MATOS, Ernesto (2006) – *Assinaturas: um passeio poético pela calçada portuguesa*. [S.l. : s.n.].

MATOS, Ernesto (2011) – *Calçada portuguesa*. Lisboa: Sessenta e Nove Manuscritos.

MATOS, Ernesto (2009) – *Calçada portuguesa no mundo: per orbem terrarum et marem vastum*. [S.l.]: Sessenta e Nove Manuscritos.

MATOS, Ernesto (2018) – *Calçada portuguesa: scriptum in petris*. Lisboa: Sessenta e Nove Manuscritos.

MATOS, Ernesto (2004) – *Lisboa das calçadas*. Lisboa: Câmara Municipal.

MATOS, Ernesto (1999) – *Mesmo por baixo dos meus pés: uma viagem pela calçada portuguesa*. Lisboa: E. Matos.

MIRANDA, António (2017a) – As novas pavimentações na Lisboa dos séculos XIX e XX. In FERNANDES, Lídia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, coord. – *Debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa. p. 36-39.

MIRANDA, José Luís da Costa (2017b) – A calçada comparada a outras metodologias de pavimentos. Porto: [s.n.]. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto.

MONTEIRO, Joana Sousa; BASTOS, Margarida Almeida, coord. (2015) – *A luz de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.

NAS, Peter J. M., ed. (1993) – *Urban symbolism*. Leiden: E. J. Brill.

NORA, Pierre, ed. (1984) – *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

PINTO, Maria João Pereira Rebelo de Sousa (2005) – *Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.

SILVA, Ana Cannas da (2016) – *Simetria passo a passo: calçadas de Portugal*. [S.l.]: Clube do Colecionador dos Correios.

SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula (2017) – O chão que Lisboa pisa? Debaixo dos nossos pés. In FERNANDES, Lídia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, coord. – *Debaixo dos nossos pés: pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa. p. 21-25.

Submissão/submission: 11/11/2021

Aceitação/approval: 10/12/2021

Denise Raquel Fernandes dos Santos, Arquivo Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Cultura, Câmara Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal. denise.santos@cm-lisboa.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0268-1914>

SANTOS, Denise (2022) – A calçada portuguesa: desenhos em arquivo.
Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 17 (janeiro-junho), p. 156 – 205.
Disponível na Internet: <https://doi.org/10.48751/CAM-1F1P-GR51>

Licença Creative Commons CC-BY-NC 4.0